



UM ANO NEGRO

No curto espaço de um ano, os portugueses perderam direitos, poder de compra e esperança no futuro. Um ano negro em que o desemprego aumentou de forma brutal, os recursos nacionais e os comunitários são desperdiçados de maneira escandalosa e a laranjação da máquina do Estado cria discriminações que diminuem a dimensão democrática e solidária do País.

Comprovado o logro que foi a vitória da direita, o Partido Socialista constitui a única alternativa credível para recolocar Portugal nos carris do desenvolvimento e dar o sentido humano que tem faltado às políticas deste Governo. Nos próximos dias 15 e 16 vamos assinalar este ano negro com iniciativas em todos os distritos do País, para as quais apelamos à participação dos militantes e simpatizantes do PS. No dia 17, haverá um grande encontro nacional com a presença do secretário-geral Ferro Rodrigues, pelas 21 horas, no Centro de Congressos de Lisboa, à Junqueira.

► Páginas 4 e 20

CRISE DO IRAQUE

FERRO ACUSA GOVERNO DE VIOLAR A CONSTITUIÇÃO E PRESTAR VASSALAGEM AOS ESTADOS UNIDOS

► Página 3

CARLOS LAGE AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

COMBATE AO TERRORISMO E À MISÉRIA É PRIORIDADE DOS SOCIALISTAS EUROPEUS

► Página 15

ENTREVISTA A ACÁCIO BARREIROS

MENTIRAS DO GOVERNO GERAM DESCONFIANÇA NOS CONSUMIDORES

O Governo de direita coloca em risco a saúde pública e despreza direitos de cidadania que protegem os consumidores. Secretismo e mentiras, aliados à inacção e à irresponsabilização recorrente são as características constantes apontadas por Acácio Barreiros à actuação do Executivo e sobretudo ao Ministério da Agricultura no mais recente escândalo da carne de aves contaminadas com nitrofuranos.

► Páginas centrais



A SEMANA REVISTA

Realizou-se na passada quinta-feira a reunião da Comissão Política Nacional do Partido Socialista, em que Ferro Rodrigues exigiu transparência no discurso do Governo no caso das carnes de aves nacionais contaminadas com nitrofuranos. Na reunião foi também aprovado o novo regulamento de quotização.

No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, Ferro Rodrigues reuniu-se com mulheres socialistas, no Largo do Rato, tendo anunciado que o Grupo Parlamentar vai apresentar um projecto de lei que visa criar melhores condições de maternidade e ainda que o Departamento das Mulheres Socialistas vai eleger directamente a sua representante ao Secretariado Nacional.

Em conferência de Imprensa, Ferro Rodrigues criticou o modo como o primeiro-ministro expressou o seu apoio a uma acção unilateral dos Estados Unidos contra o Iraque.

O secretário-geral do Partido Socialista recebeu em audiência, na passada sexta-feira, a direcção do PCP.

Maria de Belém visitou na terça-feira passada o Hospital Distrital de S. Pedro em Vila Real e participou em sessões de trabalho com profissionais do sector, militantes e simpatizantes do PS, tendo como pano de fundo as actuais políticas de saúde.

Jorge Sampaio deu início a uma presidência aberta sobre Imigração.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

OS GUERREIROS PIU! PIU! PIU!!!!

ANTOONIO COLAÇO

- Estou sedento de guerra, Paulo! Vamos a eles!!!
 - Até os depenamos, Zé Durão !!! Não ficará nenhum para... **amostra** !!!



EDITORIAL

FALAR VERDADE

Na segunda-feira, 17, passará um ano sobre as eleições de 2002, de que resultou a maioria relativa do PSD e a subsequente formação de uma coligação governamental de direita. O PS organiza, no próximo sábado, em todos os distritos, sessões públicas de balanço deste ano e, na segunda-feira, uma grande sessão nacional. É muito importante a participação de todos.

Este ano foi a demonstração cabal do que significa ter a direita no Governo. Políticas de contra-reformas no trabalho e na segurança social, na educação, no ordenamento, na relação com as autarquias, na imigração. Paralisia no combate à toxicod dependência, na formação profissional e nas medidas activas de emprego, na justiça, na administração interna, nas obras públicas.

Escolhas claras, mas totalmente inaceitáveis, em favor da especulação bolsista, em favor do incumprimento fiscal, em favor do controlo burocrático do ensino superior. Opções igualmente claras contra a administração pública, contra os direitos dos trabalhadores e das suas organizações, contra o investimento público, contra a continuação do esforço nacional na educação, na cultura e na ciência.

A lista poderia continuar. Mas basta assinalar os dois ou três factos mais importantes: uma política económica e financeira errada, responsável principal pela grave crise económica e social que o país já vive; o desprezo por regras e valores fundamentais da vida democrática; e o seguidismo mais evidente face ao belicismo da Administração Bush, em flagrante violação do espírito europeu e do direito internacional.

O PS fez o seu caminho, no primeiro ano da maioria de direita. Resistiu ao ímpeto inicial da direita, apostada em tentar esmagar qualquer oposição. Reorganizou-se internamente, renovou a direcção, celebrou um congresso que definiu com clareza os objectivos e as vias do partido. Denunciou em tempo os erros de política do Governo e antecipou as consequências profundamente negativas do “discurso da tanga” e da insensibilidade social. Tem sabido ser activo, responsável e propositivo.

Agora que passa um ano sobre a nossa derrota eleitoral, importa prosseguir o nosso rumo.

Fizemos o balanço crítico que se impunha, cumprimos o nosso dever de principal partido da oposição. Temos de procurar, com cada vez mais empenho e entusiasmo, representar os interesses, as inquietações e também a esperança, dos portugueses que há muito se habituaram a contar com o PS para um melhor futuro dos seus concelhos, das suas regiões e do seu país.

Ora, para isso, o que temos de fazer é manter-nos atentos e mobilizados, comunicando com o País, falando verdade acerca da situação presente, trazendo esperança em soluções melhores para o nosso progresso colectivo.



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

O PS fez o seu caminho, no primeiro ano da maioria de direita. Resistiu ao ímpeto inicial da direita, apostada em tentar esmagar qualquer oposição. Reorganizou-se internamente, renovou a direcção, celebrou um congresso que definiu com clareza os objectivos e as vias do partido. Denunciou em tempo os erros de política do Governo e antecipou as consequências profundamente negativas do “discurso da tanga” e da insensibilidade social. Tem sabido ser activo, responsável e propositivo.

CRISE DO IRAQUE

FERRO CONTRA VASSALAGEM DOS MAL ACOMPANHADOS

O alinhamento do Governo de Durão Barroso com a Administração Bush na guerra anunciada contra o Iraque, sem uma resolução das Nações Unidas, põe em causa as relações de Portugal com muitos dos seus aliados e com a maioria dos seus parceiros na União Europeia. Esta a denúncia feita pelo secretário-geral do PS, ontem, no período de antes da ordem do dia, na Assembleia da República.



Ferro Rodrigues criticou as declarações proferidas pelo primeiro-ministro, na terça-feira, no Luxemburgo, porque, em divergência clara com as posições assumidas pelo Presidente da República e ao arrepio das declarações conjuntas europeias que o Executivo vinha apregoando subscrever, “vieram dificultar a edificação duma posição única do Estado português perante uma situação internacional da máxima gravidade”. “Em vez de trabalhar a favor da unidade europeia, do respeito pela legalidade internacional e pela ONU e pelo efectivo desarmamento do Iraque por via pacífica, a verdade é que o Governo alinha incondicionalmente com os falcões da Administração Bush”, acusou Ferro, para quem Portugal deve preservar a força moral e a legitimidade para “dizer ao aliado norteamericano que a sua política actual pode levar os Estados Unidos a ganhar uma guerra, mas

condena-os a perder a paz”. O líder socialista catalogou como “distorção grosseira” o argumento segundo o qual quem não é por uma guerra ilegítima está a favor do regime tirânico de Saddam Hussein.

Estar a favor de uma guerra desencadeada à margem do Direito Internacional é, segundo Ferro Rodrigues, “colaborar no bombardeamento dos próprios alicerces da ordem mundial existente, com as Nações Unidas como primeiras vítimas”.

Assim, o secretário-geral do PS secundou as palavras de Jorge Sampaio quando declarou que “cabe ao Conselho de Segurança – e só a ele – a decisão última sobre o modo de fazer cumprir as suas resoluções”.

“O Presidente da República também salientou que o recurso a uma intervenção militar sem mandato do Conselho de Segurança será ferida de ilegitimidade e porá em grave risco o ordenamento jurídico elaborado no pós-guerra, nomeadamente por lúcido impulso da então Administração americana”, lembrou Ferro, que considerou a ameaça de conflito bélico e a “dança

de argumentos para justificar um ataque a Bagdade” um desincentivo a uma maior cooperação no desarmamento por parte do regime iraquiano.

Considerando que antes do 25 de Abril era compreensível que a ditadura e os seus propagandistas menosprezassem as Nações Unidas em nome do “orgulhosamente sós”, o líder do PS defendeu que, num regime democrático que incorporou a Carta das Nações Unidas na sua ordem constitucional, não é aceitável “a vassalagem dos mal acompanhados”.

O secretário-geral socialista frisou, por fim, que “o Governo português não deve fazer declarações, nem praticar actos, que impliquem apoio a uma acção militar contra o Iraque que não resulte de claro mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas”.

Durão Barroso “não pode, constitucionalmente, assumir, em nome do País, qualquer posição assimilável a uma declaração de guerra sem prévia concertação com o Presidente da República e sem autorização da Assembleia da República”, concluiu.

Durão prefere Bush a Sampaio

Recorde-se que, na conferência de Imprensa que se seguiu à reunião do Secretariado Nacional, na passada segunda-feira, no Largo do Rato, o secretário-geral tinha já criticado a preferência do primeiro-ministro pelo alinhamento com o Presidente Bush, em detrimento do Presidente Sampaio.

O modo como o Durão expressou o seu apoio a uma acção unilateral dos EUA contra o Iraque,

comprometendo o País “numa via que viola a Carta das Nações e a Constituição portuguesa”, foi, na altura, igualmente refutada.

Ferro sublinhou ainda que com esta posição Durão Barroso “prefere alinhar com o Presidente Bush do que com o Presidente Sampaio”.

Para o líder socialista, as declarações do primeiro-ministro são “surpreendentes” porque “justificam a posição do Governo português já não em termos de guerra contra um país que detém armas de destruição massiva e desrespeita resoluções das Nações Unidas, mas, sim, um conflito entre um Estado governado por um tirano e uma democracia”.

Salientando que para Durão Barroso “tudo parece resumir-se a uma guerra bilateral”, o secretário geral do PS disse que “o que está em causa não é uma guerra apenas entre o Iraque e os EUA, mas sim um conflito entre o mundo assente no direito internacional e o mundo submetido à lei do mais forte”.

Na sua declaração, Ferro Rodrigues referiu também que “o mundo está a ser arrastado para uma guerra por força de uma gestão política desastrosa de todo este processo por parte da actual Administração dos Estados Unidos da América, em que se deixam arrastar alguns dos seus parceiros”, adiantando que “os EUA encurralaram-se numa posição da qual só têm duas saídas: a guerra ou uma humilhante retirada”.

Por isso, Ferro considerou que “o Governo português não tem de se comprometer com uma acção que visa salvar a face da Administração Bush”.

MARY RODRIGUES COM J.C. CASTELO BRANCO

UM ANO NEGRO

Faz dia 17 um ano que a direita ganhou as eleições, coligando-se depois para gerir os destinos de Portugal. Em más mãos ficaram os portugueses, que no curto espaço de um ano perderam direitos, poder de compra e, sobretudo, expectativas de um futuro melhor. Um ano negro em que o desemprego aumentou de forma brutal, os recursos nacionais e os comunitários são desperdiçados de maneira escandalosa e a laranjização da máquina do Estado cria discriminações que diminuem a dimensão democrática e solidária do País. Há nesta direita que mentiu em relação ao que prometeu e não tem rumo no que quer fazer uma arrogância insuportável e uma mesquinhez provinciana, que mergulharam o país numa depressão profunda e empataram o desenvolvimento. Em termos internacionais, na Europa e no mundo, tomam atitudes que nos envergonham.

Comprovado o logro que foi a vitória da direita, o PS é o único partido capaz de se constituir como uma alternativa credível para devolver a esperança no futuro e dar o sentido humano que tem faltado às políticas deste Governo. Para isso, precisa de estar forte, coeso e mobilizado. Nos próximos dias 15, 16 e 17 vamos assinalar este ano negro com iniciativas em todos os distritos do País, para as quais apelamos à participação de todos os militantes e simpatizantes do PS. No dia 17, faremos um grande encontro nacional, com a presença do secretário-geral, Ferro Rodrigues, pelas 21 horas, no Centro de Congressos de Lisboa, à Junqueira.

Vive-se pior em Portugal

O "Acção Socialista" foi ouvir alguns dos dirigentes nacionais do PS que, num breve balanço, traçaram as razões do nosso descontentamento face à maioria que, há um ano esta parte, desgoverna o País.

Para Ana Gomes, "basta referir o acabrunhamento que sinto como cidadã portuguesa por ter à frente dos destinos do País um Governo que admite apoiar uma acção militar a um Estado-membro da ONU sem a legitimação do Conselho de Segurança".

Na opinião de José Sócrates, "o grande insucesso Governo é a governação económica". Para o ex-ministro do Ambiente, "o País vai lentamente tomando consciência da desastrosa condução da economia em Portugal neste último ano. Todos os indicadores são claros: comparando o 17 de Março de 2002 com o de 2003, verifica-se que há menos investimento, menos crescimento económico, menos confiança. Em síntese, vive-se pior hoje do que há um ano atrás".

No sector laboral, durante mais de três anos consecutivos o desemprego em Portugal baixou e a taxa de criação de novos empregos subiu. Mas, com a chegada da direita ao Governo, salienta Rui Cunha, "esta tendência inverteu-se e o nosso país regista, hoje, o maior crescimento ao nível do desemprego na Europa".

Se, até há um ano atrás, não havia em Portugal o problema de empresas a fecharem as portas nem o flagelo dos salários em atraso, este é,



no dizer do mesmo responsável, um "mal que está de volta".

Por outro lado, sublinha, "criou-se todo um clima de desconfiança nos empresários, empregadores e investidores que degenerou numa perda de produtividade e competitividade nas nossas empresas".

Sobre a nova legislação laboral, Rui Cunha considera que "o Governo atirou para as primeiras páginas dos jornais um Código do Trabalho como se ele fosse a panaceia que iria resolver o problema da precariedade laboral e dos défices de produtividade e competitividade nacionais, quando na realidade este é apenas um dos nove factores a ter em conta neste sector, sendo que nos outros oito não fala e em nada mexe".

Também a análise de Pedro Adão e Silva converge na interpretação de que Portugal ficou a perder com a maioria de direita. "Num ano este Governo mostrou que não tem rumo e que prefere sempre responsabilizar o passado pelas suas próprias incapacidades. É um Governo assente numa coligação entre a insensibilidade social dos cortes cegos da ministra Manuela Ferreira Leite, a arrogância política do ministro Morais Sarmento e o conservadorismo ultramontano do ministro Bagão Félix. Tudo isto temperado por um primeiro-ministro que passou uma campanha inteira a iludir os portugueses, prometendo tudo aquilo que sabia que não ia cumprir. Mas mais grave é que com este Governo é o futuro de Portugal que se está a perder", afirmou o mais jovem dos secretários nacionais do PS ao "Acção Socialista".

Suspensão, paralisação e desorganização

Na área da educação, Ana Benavente acusa o Governo de neste último ano ter "suspensionado medidas tomadas e de ter paralisado e desorganizado as escolas". Salienta também que nada foi feito para combater o abandono escolar nem para tornar as escolas mais capazes "de fazerem aquilo que todos desejamos que é o de ensinarem mais e melhor". "Ao discurso que confunde rigor com selecção, correspondem práticas de produção legislativa de carácter vago, como é o caso da avaliação das escolas, ou de remendos e retalhos sobre realidades que já existiam, como é o caso do estatuto dos alunos ou a revisão curricular do secundário", denuncia a deputada, para quem "as escolas precisam de paz, de confiança, de responsabilidade. Nada disso tem sido encontrado nas políticas erráticas do actual ministro da Educação".

Dado o atraso com que o País partiu relativamente aos parceiros comunitários, é a situação do Estado Social a principal preocupação manifestada por Maria de Belém, para quem a "opção do controlado défice muito contribuiu para o fraco crescimento económico que, como se sabe, não é sinónimo de desenvolvimento". A ex-ministra para a Igualdade sublinha também "a falta de capacidade para investir na protecção das pessoas e o que isso representa ao nível da construção da igualdade de oportunidades". "Não fizeram nada. Desinvestiram em tudo. O secretário de Estado da Juventude limita-se a gerir o euro, não se preocupando nem com

juventude nem com o desporto", diz Jamila Madeira sem poupar nas palavras. "Na perspectiva transversal - afirma a secretária-geral da JS - também se pode considerar que houve um esvaziamento total das políticas de juventude porque, tanto na economia como no emprego, como na segurança social, como nas questões da toxicod dependência, da saúde e da educação houve um desinvestimento de elevadíssimo porte".

Do ponto de vista social, Vieira da Silva salienta a "incapacidade do Governo na percepção de que as políticas económicas que estava a conduzir iriam traduzir-se, como o PS avisou, em consequências sociais muito graves, nomeadamente no plano do desemprego, que já é hoje muito superior àquele que o Governo previu". Relativamente às medidas tomadas para combater este flagelo, o ex-secretário de Estado afirma que estas "são claramente insuficientes para responder a um problema que afecta centenas de milhares de portugueses". Por outro lado, salienta ainda que "o Governo revela também uma grande incapacidade de concretização de políticas que beneficiem a coesão e a estabilidade social". Para este secretário nacional do PS, "não se conhecem quaisquer resultados práticos da multiplicidade de anúncios de medidas feitas pelo ministro Bagão Félix".

"Propuseram-se alterar a Lei de Bases da Segurança Social, mas aquilo que fizeram não só não produziu ainda mudanças no sistema de segurança social como alguma das que estão previstas, são no entender do PS, erradas e mesmo irresponsáveis", rematou Vieira da Silva.

COMISSÃO POLÍTICA

TRANSPARÊNCIA NA CRISE DOS FRANGOS

O secretário-geral do PS exigiu transparência no discurso do Governo no caso das carnes de aves nacionais contaminadas com nitrofuranos. A população "está sem confiança num conjunto de bens que fazem parte da alimentação das famílias portuguesas, sobretudo das mais carenciadas", alertou Ferro Rodrigues à entrada da reunião da Comissão Política, que decorreu na passada quinta-feira, na sede do Largo do Rato.

Ferro não deixou passar a oportunidade para criticar as "afirmações carnavalescas" que o primeiro-ministro Durão Barroso tinha produzido ao defender que os consumidores poderão continuar a comer carne de frango e peru.

O líder socialista considerou as mais recentes posições do chefe do Executivo sobre as suspeitas de nitrofurano nas carnes de peru e frango como um "sintoma de grande perturbação do actual governo".

"O ministro da Agricultura deixou todos os portugueses perplexos porque reconheceu que sabia de toda esta situação" desde final de Janeiro, afirmou Ferro Rodrigues.

Entretanto, o PS decidiu solicitar a antecipação da conferência de líderes parlamentares, prevista para o dia 18, com a finalidade de debater com carácter de urgência a contaminação das carnes de frango, peru e codorniz com nitrofuranos.

O anúncio foi feito pelo vice-presidente da



bancada socialista Acácio Barreiros no final da reunião da Comissão Política.

O ex-secretário de Estado da Defesa do Consumidor acusou o ministro da Agricultura de ter "mentido aos portugueses" sobre a crise com as carnes de aves".

"Primeiro, o ministro começou por dizer que só tomou conhecimento de carne de frango contaminada a 25 de Fevereiro, mas, depois, acabou por reconhecer que estava a par da situação desde 28 de Janeiro", apontou Acácio Barreiros, alertando para o facto de estarmos "perante uma grave situação em matéria de saúde pública, agravada pelas sucessivas

contradições da tutela nesta matéria, num momento em que se exigia uma linguagem de verdade".

Acácio Barreiros classificou ainda como "irresponsáveis" as declarações proferidas sobre este assunto pelo primeiro-ministro, "aconselhando os portugueses a comerem carne de frango".

"É preciso que o Governo diga o que pensa fazer em relação a mais de quatro mil explorações agrícolas que produzem carne de frango", reiterou o deputado, antes de chamar a atenção do Executivo para a possibilidade de se gerar no país "uma situação de grande desconfiança".

Novo sistema de quotas

A Comissão Política do Partido Socialista debateu também a revisão do sistema político e em particular a limitação dos mandatos executivos nas autarquias, ponto que gerou alguma controvérsia na reunião.

Ao encerrar este tema, Ferro Rodrigues sublinhou que a limitação de mandatos é uma promessa eleitoral do PS e, como tal, é para cumprir.

Ainda no encontro dos dirigentes socialistas foi aprovado o novo regulamento de quotização, que o "Acção Socialista" publica na íntegra nas páginas da presente edição.

Segundo a nova tipologia, a quota divide-se em "normal", fixada em 2 (dois) euros mensais, "suplementar" definida como qualquer montante pago pelo militante que exceda o valor estipulado, e a de "solidariedade", ajustada em 1 (um) euro, sendo paga pelos camaradas em situação económica desfavorável comprovada.

O pagamento das quotizações pode ser feito anual ou semestralmente, por via bancária (ordem permanente de transferência, depósito de cheque ou numerário), e por via multibanco, indicando sempre o código da secção correspondente.

Ainda em matéria de alterações ao sistema de quotas, refira-se que o valor actualizado inclui a assinatura do Órgão Oficial do PS, que passará a ser enviado quinzenalmente para a residência do militante em situação regular.

MARY RODRIGUES

REGULAMENTO DE QUOTIZAÇÃO

Préambulo

Nos termos da lei 56/98 com a redacção da lei 23/2000 e alterada pela lei orgânica 1/2001 de 14/08/01, vulgo lei dos financiamentos dos partidos políticos, os arts. 3º *Receitas próprias e financiamento privado*, e 4º *Regime dos donativos admissíveis*, distinguem-se claramente.

Assim, no seguimento do art. 15º dos Estatutos do PS nas suas alíneas f) "Pagar centralmente nos termos definidos pelo Secretariado Nacional, uma quota mensal, a ser transferida para a secção em que estiver inscrito", conjugado com a alínea h)... "Assinar o "Acção Socialista", jornal oficial do Partido", é elaborado o presente regulamento de QUOTIZAÇÃO.

Artigo 1º

Do tipo de quotas

A quota mensal a pagar por cada militante pode ser Normal, Suplementar ou Solidariedade.

Artigo 2º

Do montante das quotas

1 - A Quota Normal é de dois euros (2 €) por mês.

2 - É considerada Quota Suplementar, todo e qualquer montante pago pelo militante a

título de quota, que exceda o montante fixado para a Quota Normal.

3 - A Quota de Solidariedade é de um euro (1 €) por mês.

Artigo 3º

Da distribuição da receita das quotas

1 - Da receita das quotas pagas pelos militantes é entregue à secção respectiva o valor de 50 por cento da quota normal, ou da quota de solidariedade por cada militante, por cheque periodicamente pela Sede Nacional, acompanhado de extracto bancário comprovativo.

2 - Os restantes 50 por cento das referidas quotas destinam-se a suportar os custos de produção e envio do "Acção Socialista".

3 - A quota suplementar reverte para a secção indicada pelo militante, e na ausência de indicação para a tesouraria central do Partido.

Artigo 4º

Da Quota de Solidariedade

1 - Podem beneficiar do pagamento da Quota Solidariedade os militantes que comprovadamente:

- Sejam beneficiários de abono complementar a crianças e jovens deficientes;
- Sejam beneficiários de subsídio mensal vitalício;
- Sejam pensionistas que recebam pensão não

superior ao salário mínimo nacional;

d) Sejam beneficiários de prestação por situação de carência, paga por serviços oficiais; e) Sejam pensionistas de doença profissional com grau de incapacidade permanente global não inferior a 50 por cento.

2 - O pagamento da Quota de Solidariedade deve ser requerido pelos militantes que se encontrem nas condições referidas no número anterior, junto das secções de residência, e de acção sectorial, ou ciber-secções e cujo pedido seja enviado à Sede Nacional.

Artigo 5º

Da assinatura do jornal oficial do Partido

1 - O valor da quotização paga pelos militantes inclui a assinatura e envio quinzenal do "Acção Socialista" para a residência indicada pelo militante.

2 - Um mês após a data de pagamento da quota e tendo-se verificado que ela não foi paga, será suspensa a entrega do jornal para a residência, até que a situação seja regularizada.

Artigo 6º

Do pagamento

1 - As quotas podem ser pagas *Anualmente*, durante o mês de *Fevereiro*, ou *Semestralmente*, durante os meses de *Fevereiro* e *Outubro*.

2 - Os militantes podem pagar as quotas por *Via bancária* ou *Via multibanco*.

3 - O pagamento por *Via bancária* é efectuado em conta especificamente aberta para o efeito, indicada em anexo a este regulamento, através de:

- Ordem Permanente de Transferência;
- Depósito em Cheque;
- Depósito em Numerário.

4 - Os militantes podem, também, proceder ao pagamento das quotas *Via multibanco*, cujas instruções estão preenchidas em anexo.

5 - No pagamento por *Via bancária* e *Via multibanco* os militantes têm que indicar obrigatoriamente o código da secção a que pertencem "4 dígitos" seguido do número de militante "5 dígitos", o qual será enviado previamente aos militantes.

Artigo 7º

Disposição transitória

1 - No ano de 2003, o período anual de pagamento bem como o do primeiro semestre prolonga-se, excepcionalmente, até 31 de Março.

2 - Para efeitos de efectividade de direitos considera-se que, nos actos eleitorais a decorrer até ao fim do 1º semestre de 2003 a quotização será considerada regularizada com a apresentação da quota de Dezembro de 2002.

ENCONTRO DE LÍDERES PS/PCP

REFORMAR O SISTEMA POLÍTICO É PRIORIDADE SOCIALISTA

Convergentes nas críticas à política económica e social do Governo, Ferro Rodrigues e Carlos Carvalhas têm perspectivas diferentes no que respeita à reforma do sistema político.

A pedido do líder comunista, no seguimento, aliás, de uma prática iniciada pelo secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, reuniu-se, no Largo do Rato, com uma delegação do PCP, durante a qual se analisou a actual situação política. Tratou-se de um encontro "útil", conforme foi classificado por ambas as partes, que excluíram, no entanto, qualquer concertação estratégica global a prazo.

Segundo o secretário-geral socialista, "os problemas da economia do País não estão a merecer uma resposta estruturante da parte do Governo", ao mesmo tempo em que o Executivo "também se revela incapaz de resolver os problemas das finanças públicas nacionais".

Ao nível das soluções económicas, Ferro Rodrigues demarcou-se das opções defendidas pelo ex-primeiro-ministro Cavaco Silva e pelo actual Governo.

"Não vejo que faça qualquer sentido ver com dramatismo os níveis de endividamento das famílias", sustentou Ferro, lembrando que o recurso ao crédito permitiu aumentar os lucros dos bancos e corresponder a uma melhoria do nível de muitos portugueses, que, por essa via,



conseguiram adquirir bens como casa própria ou automóvel.

"Num momento de crise internacional, é também errado basear a evolução económica do País unicamente na procura externa", explicou o líder do PS, atribuindo depois

prioridade ao aproveitamento dos fundos comunitários e à dinamização do investimento. Por seu turno, o secretário-geral do PCP declarou que "a política do Governo está a sacrificar milhares de portugueses, motivando o encerramento de empresas e o crescimento

do desemprego".

Mas, foi no *dossier* da reforma do poder político onde se acentuaram as marcas distintivas entre socialistas e comunistas.

Segundo Carlos Carvalhas, o PS, PSD e CDS-PP querem fazer aprovar "um modelo único" ao nível da organização dos partidos, apresentando também "propostas negativas" ao nível da revisão do sistema eleitoral para a Assembleia da República e autarquias.

No entanto, Ferro Rodrigues rejeitou a intenção de se fazer aprovar uma nova Lei dos Partidos tendo em vista criar um modelo único ao nível do funcionamento das organizações políticas. O líder dos socialistas explicou que esta matéria não está sequer a ser equacionada nesta altura.

"Não temos nenhuma pretensão de ter um modelo único para os partidos portugueses, há princípios que são constitucionais e que todos os partidos devem respeitar na sua organização interna, mas não defendemos nenhum modelo único de organização dos partidos, antes pelo contrário, achamos que as histórias, as culturas e as tradições dos partidos devem ser compatíveis com organizações diversificadas respeitando os princípios constitucionais", explicou Ferro Rodrigues.

O secretário-geral socialista frisou, ainda, que "a reforma do sistema político constitui uma prioridade para o PS".

NITROFURANOS

DIREITA RECUSA AUDIÇÕES PEDIDAS PELO PS

As bancadas parlamentares do PSD e do CDS/PP inviabilizaram todas as propostas apresentadas pelos deputados socialistas que visavam a recolha exaustiva de informação junto das diversas entidades relacionadas com a carne de aves contaminada com nitrofurano. Apesar das notícias sobre a crise dos frangos não terem parado, inclusivamente com alertas para a existência do antibiótico proibido em coelhos e suínos, a maioria de direita empenhou-se em inviabilizar o apuramento cabal da verdade, votando contra as audições propostas pelo PS, na reunião da Comissão de Agricultura, que decorreu a passada terça-feira, na Assembleia da República.

Recorde-se que a bancada socialista tinha requerido a presença no Parlamento do director do Laboratório Nacional de Investigação Veterinária para que este responsável prestasse esclarecimentos de índole técnico-científica relativamente às análises que estão a ser



efectuadas nas explorações avícolas nacionais. O PS tinha solicitado, igualmente, um encontro entre as Comissões da Agricultura e do

Trabalho, por forma a ouvir sobre esta crise alimentar o Ministério da Saúde, o ministro-adjunto do primeiro-ministro, a Deco e outras

entidades responsáveis pela defesa do consumidor.

Os deputados socialistas queriam saber o momento certo e as circunstâncias em que o Governo de Durão Barroso teve conhecimento do problema, pelo que pediu ainda a presença na comissão parlamentar do director dos Serviços de Higiene Pública Veterinária, do director-geral de Veterinária (cessante), do secretário de Estado adjunto e das Pescas, bem como do ministro da Agricultura.

Conhecer o plano apresentado em Bruxelas, no Comité Veterinário Permanente, era o objectivo central dos parlamentares do PS quando requereram uma audição com o ministro Sevinate Pinto e seu secretário de Estado.

E se os nitrofuranos têm feito estragos na dieta dos portugueses, os chumbos da maioria de direita e a sua recusa em falar com verdade junto dos representantes do povo geram um outro estrago na democracia nacional. **M.R.**

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

HOMENS DEVEM PARTICIPAR NA VIDA DOMÉSTICA

Ferro Rodrigues anunciou que o Grupo Parlamentar vai apresentar um projecto de lei que visa criar melhores condições de maternidade. O secretário-geral, que falava no encontro com as militantes do partido, no Largo do Rato, no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, revelou ainda que as mulheres socialistas vão às urnas entre 9 e 10 de Maio para eleger a sua representante no Secretariado Nacional.

Salientando que “o PS está empenhado no aprofundamento da participação da mulher na sua vida interna”, Ferro Rodrigues afirmou que espera que até ao próximo Congresso se cumpra a quota de 33 por cento de mulheres nas listas de candidatos a que o partido se comprometeu.

Ferro Rodrigues apelou a uma “maior participação dos homens na vida doméstica” como forma de possibilitar uma maior participação das mulheres na vida pública e política.

“A participação das mulheres na vida política e dos partidos está longe de estar equilibrada porque não bastam licenciaturas e doutoramentos, é preciso criar condições para a participação dos homens na vida familiar”, afirmou.

Para isso, reclamou do Governo maior assistência às famílias, criticando o facto de o Executivo “cortar na acção social como em qualquer outra despesa”.

Ferro Rodrigues, que se encontrava ladeado por Maria do Carmo Romão e Jamila Madeira, lembrou que as mulheres “são as principais vítimas da crise” e constituem a maior parte do total de pessoas desempregadas.

Oferecendo flores a todas as mulheres socialistas que foram ao Largo do Rato, Ferro Rodrigues saudou “as mulheres que se têm batido pela construção de um país melhor”, destacando a “influência cultural” que os partidos podem ter na mudança de mentalidades para permitir uma maior participação feminina na vida pública.

Na sua breve intervenção, o secretário-geral afirmou-se ainda “orgulhoso” com a prática dos governos socialistas na promoção da igualdade entre géneros. “Foram seis anos de avanços para a vida das mulheres portuguesas”, disse.

Antes de Ferro Rodrigues, falou Maria do Carmo Romão, que anunciou a sua intenção de ser substituída no cargo de presidente do Departamento das Mulheres Socialistas, em “nome da renovação”.

Referindo que procurou sempre na sua acção política “valorizar o papel das mulheres na sociedade”, sublinhou que a instituição das quotas “é algo muito importante para a afirmação e participação das mulheres”.



Maria do Carmo Romão criticou ainda o Código do Trabalho, considerando que as novas disposições sobre a maternidade “constituem um profundo retrocesso”.

Disparidades entre sexos continuam

No dia anterior, na Assembleia da República, Maria do Carmo Romão fez uma intervenção sobre o Dia Internacional da Mulher, na qual alertou que em Portugal, “apesar da nossa conceituada legislação”, estamos ainda “muito longe de alcançar uma “participação económica satisfatória” e ainda distantes dos “mínimos plausíveis de participação política”.

Assim, no campo das “oportunidades económicas”, a deputada socialista salientou que “as disparidades entre os sexos continuam a

verificar-se, sobretudo, no que respeita à tomada de decisão, à segregação ocupacional, aos salários, ao desemprego, temendo-se que alguns avanços conseguidos venham a ser postos em causa por via do modelo de sociedade perfilhado e da competição globalizada, sem grandes compromissos sociais”.

No que se refere à “participação política”, Maria do Carmo Romão afirmou que “a política não tem mulheres”, sublinhando que “o mínimo de 30 por cento, recomendado em 1990 – há 13 anos – pelas Nações Unidas, como massa crítica, para que elas possam exercer alguma influência, está longe de se verificar no nosso Parlamento, no Governo e noutras instâncias”.

Segundo lembrou, “para a Assembleia, em 2002, foram eleitas 45 deputadas, número que não chega a 20 por cento do total de membros”, sendo que, adiantou, “para este valor contribuíram, de

forma decrescente, os Verdes com 100 por cento, o PS com 27,8 por cento, o PCP com 20 por cento, o PSD com 12,3 por cento e o CDS/PP, com 6,7 por cento”.

Aliás, frisou, “já sintomático e ao arripio do que é recomendado pelas normas internacionais, quanto a mecanismos e medidas positivas para vencer os obstáculos à igualdade, é o facto de, nesta legislatura, se ter eliminado a Comissão Parlamentar da Paridade, vocacionada para a ponderação especial e transversal das questões de género”.

Para Maria do Carmo Romão, trata-se de um “retrocesso inconcebível num momento em que aqueles mecanismos e medidas foram consagrados como não discriminatórios pelas Nações Unidas, estão consentidos pela nossa Constituição e são aconselhados, pelas mais variadas instâncias, nomeadamente, pela União Europeia”.

Face a este quadro, a deputada do PS referiu que o que vale é que “uma parte cada vez mais alargada da sociedade, vai compreendendo que a igualdade entre as mulheres e os homens é uma aquisição civilizacional, e que, só ela, para além da legitimidade que tem em si mesma, permitirá fazer avançar o desenvolvimento humano global para maiores níveis de educação, de saúde e longevidade e de rendimento”.

Porque, acrescentou, “maior habilitação e mais utilização do potencial criador das mulheres, está provado, resulta em benefícios para todos”.

Na sua intervenção, Maria do Carmo Romão sublinhou ainda que o PS tem tentado “cumprir a Constituição”, propondo, em iniciativas legislativas, “um limiar mínimo de participação para o sexo sub-representado, mas não conseguiu”.



EDITE ESTRELA CONTRA PORTAGENS NA CREL

A introdução de portagens na Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL) pelo actual Governo foi duramente criticada por Edite Estrela, numa intervenção na Assembleia da República.

Considerando esta medida tecnicamente errada, socialmente injusta, ambientalmente incorrecta e financeiramente inaceitável, a deputada socialista lembrou que a introdução das portagens apenas serviu para o "Ministério das Finanças poder arrecadar, mesmo no final de 2002, 200,42 milhões de euros, ou seja, "esta receita extraordinária e os 365 milhões de euros da venda fixa de telecomunicações foram o expediente utilizado para o Governo fingir que controlou o défice público".

Edite Estrela classificou de "demagógico e perigoso" o argumento utilizado pela ministra das Finanças para justificar esta medida, ao afirmar "que não acha justo que os transmontanos paguem os custos de uma via que não utilizam."

Ironizando, a ex-autarca de Sintra referiu que



"por esta ordem de ideias, as infra-estruturas da Madeira não deveriam ser pagas pelos impostos dos continentais que as não usam e, que na sua maioria, nem sequer conhecem o arquipélago".

Edite Estrela defendeu na sua alocução que "a distribuição de dinheiros públicos deve ser

feita por todo o território, em função das necessidades e das disponibilidades gerais e independentemente da capacidade de cada região gerar riqueza", acrescentando ainda que, "em nome da justiça social, da correcção das assimetrias regionais e da coesão nacional, a concentração do investimento público é proporcionalmente maior nas zonas mais pobres, mais carenciadas e que menos produzem".

Para a deputada socialista, não está em causa que as auto-estradas sejam portajadas, desde que os utentes tenham alternativa não paga, o que não acontece com a CREL.

Edite Estrela lembrou ainda que o "mesmo Governo que obriga a pagar a utilização da única via que pode retirar trânsito dos centros urbanos, é o responsável pelo atraso da obra de alargamento de mais um troço do IC19 e pela anulação do concurso de construção/concessão do IC16/IC30 e do fecho da CRIL", o que representa, para a ex-autarca, "um inaceitável compasso de espera para os que

vivem, trabalham e estudam nos concelhos servidos pelo saturadíssimo IC19".

Contrato com a Brisa

Entretanto, Edite Estrela, Miguel Coelho e José Junqueiro exigiram que o ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação envie à Assembleia da República "uma explicação detalhada que sustente os cálculos conducentes aos números finais do contrato celebrado entre o Governo e a Brisa", na CREL.

Num requerimento entregue na Assembleia da República, os deputados socialistas querem que o ministro da tutela esclareça como foi feito o cálculo para o tráfego anual de veículos na CREL, e ainda qual o impacto, nesses cálculos, da futura abertura da CRIL.

O alargamento das vias de três para quatro, as intervenções a realizar nos túneis e o alargamento dos viadutos na CREL são outras questões que os subscritores do requerimento querem ver esclarecidas.

SOCIALISTAS QUESTIONAM FUTURO DE PROJECTO DIGITAL NA GUARDA

Os deputados socialistas Fernando Cabral e Pina Moura entregaram um requerimento na mesa da Assembleia da República dirigido ao Governo a pedir explicações sobre o projecto "Guarda-Cidade Digital", criado em 1998.

No âmbito do projecto "Guarda-Cidade Digital", durante os últimos cinco anos várias iniciativas foram realizadas. No entanto, recentemente têm surgido notícias, que referem que o projecto se encontra "paralisado".

Neste contexto, Fernando Cabral e Pina Moura questionam o ministro Adjunto do primeiro-ministro sobre o ponto de situação do "Guarda-Cidade Digital" e ainda se estão previstas a curto e a médio prazo algumas acções



relacionadas com este programa.

Para os subscritores do requerimento, é ainda importante que o Executivo esclareça quantos "Espaços Internet" estão a funcionar no distrito da Guarda.

Atenas-2004

Entretanto, o deputado Fernando Cabral enviou um outro requerimento ao secretário de Estado da Juventude e do Desporto, em que pretende saber quais os critérios adoptados para integrar o futebol no modelo organizativo do projecto Atenas-2004, uma decisão anunciada pelo presidente do

Instituto Nacional do Desporto (IND), mas que contraria uma outra decisão da comissão técnico-desportiva, que afastou esta modalidade do projecto olímpico.

No requerimento, o deputado quer ainda saber, caso o modelo organizativo do projecto Atenas-2004 não tenha sido alterado, se houve mudança de critérios que levaram à entrada de modalidades que anteriormente não estavam contempladas no projecto.

Fernando Cabral solicita também que o Governo lhe disponibilize toda a documentação, nomeadamente as actas e pareceres que sustentam as decisões tomadas no passado e no presente.

PORTO

DEPUTADOS VISITAM ESPAÇOS CULTURAIS

Sob o lema de que o "Porto não pode perder a dinâmica que soube conquistar", os deputados socialistas eleitos por este círculo eleitoral visitaram vários espaços culturais para "chamar a atenção de todos para a necessidade de valorizar e potenciar os novos recursos culturais de que a cidade dispõe".

Em comunicado, os parlamentares do PS lembram que foi durante os anos 90 que a cidade do Porto soube afirmar uma linha de rumo para o seu desenvolvimento, assente na qualidade das actividades e dos equipamentos culturais.

Para os socialistas portugueses "a realização da Capital Europeia da Cultura, em 2001, representou um momento culminante desse desenvolvimento porque permitiu lançar novos equipamentos e acelerar a conclusão das obras que se arrastavam", ao mesmo tempo que "envolveu a população não iniciada em actividades culturais e proporcionou novas condições e oportunidades aos criadores produtores e intérpretes".

A iniciativa dos deputados socialistas incluiu visitas à Casa da Música, Museu Nacional Soares dos Reis, Biblioteca Almeida Garrett e Centro Português de Fotografia.

FERNANDO GOMES PEDE ESCLARECIMENTOS SOBRE PERMANÊNCIA DO INSTITUTO CAMÕES EM VIGO

Fernando Gomes exige que o Governo esclareça se está em risco a continuação do Instituto Camões em Vigo, Espanha.

Num requerimento entregue na Assembleia da República o deputado socialista recorda que segundo notícias divulgadas por meios de comunicação social de Vigo, "está em risco o protocolo assinado entre o município daquela cidade e o Instituto Camões". Fernando Gomes recorda que através deste protocolo, o município de Vigo cedeu gratuitamente ao instituto um edifício no centro histórico para instalação da sua sede e destinado a actividades culturais.

Para o subscritor do requerimento, é importante que o ministro dos Negócios Estrangeiros esclareça sobre o futuro da delegação do Instituto Camões e ainda se pensa compensar o município, se "unilateralmente" decidir não prosseguir com a colaboração acordada.



DESPEDIMENTOS ILEGAIS

SOLIDARIEDADE COM TRABALHADORES DA EUROVELA

O deputado Artur Penedos apresentou um requerimento exigindo uma intervenção do Governo no caso dos despedimentos ilegais da Eurovela e solicitando ao ministro da Segurança Social e do Trabalho uma resposta face a esta "grosseira e condenável violação" da legislação laboral, bem como a publicação do relatório da Inspeção-Geral de Trabalho sobre a empresa. "Perante o incumprimento de preceitos legais a que a empresa se encontra obrigada e a violação dos mais elementares direitos que assistem os trabalhadores", Penedos quer que Bagão Félix explicite as acções que pensa implementar para impedir a concretização de tal transgressão. Admitindo como fidedignas as afirmações do sindicato do sector sobre a forma como decorreu a Inspeção em todo o processo, o deputado socialista questiona ainda o ministro sobre quais as medidas que serão tomadas no sentido de "fazer respeitar a lei" e, simultaneamente, "repor a confiança dos trabalhadores nas instituições".

Finalmente, Artur Penedos frisa a necessidade de se saber se o Governo está ou não em condições de "dar a conhecer o relatório que a lei estabelece como sendo obrigação do senhor inspector do trabalho".

Recorde-se que durante vários dias mais de dezena e meia ex-operários da Eurovela se concentraram no interior da fábrica, recusando-se a sair até que lhe fossem garantidas indemnizações pelo despedimento que descreveram como "ilegal".

Os trabalhadores já haviam ocupado a empresa no passado dia 26 de Fevereiro, depois da Eurovela ter declarado extintos os seus postos de trabalho e tinham dado um prazo até quarta-feira da semana passada para que fossem pagas as indemnizações.

Os funcionários receberam em Dezembro uma carta de uma sociedade de advogados a comunicar a cessação do contrato de trabalho com efeitos a partir do último dia do ano.

A administração desta empresa que produz velas alega nessa carta dificuldades económicas, mas os trabalhadores contestam, já que nas últimas semanas, segundo eles, o número de horas extraordinárias tem aumentado.

M.R.

PATRIMÓNIO

PS EXIGE EXPLICAÇÕES SOBRE QUINTA DA FALAGUEIRA

O PS quer que o director-geral do Património vá à Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano explicar a discrepância entre as avaliações realizadas à Quinta da Falagueira e esclarecer como chegou ao valor da venda de 52 milhões de euros.

Num requerimento, subscrito, entre outros, pelos deputados Leonor Coutinho e Joel Hasse Ferreira, a bancada socialista exige que o responsável em questão explique quais foram os "pressupostos de avaliação" do imóvel, nomeadamente os índices de construção, as potencialidades do terreno e os projectos que nele possam ser desenvolvidos.

O Grupo Parlamentar decidiu requerer esta audição depois de a administração da Sagestamo ter afirmado na Assembleia da República que pagou mais 22 milhões de euros pela Quinta da Falagueira do que os 30 milhões de euros em que a própria empresa avaliou os terrenos. A Sagestamo – Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias é detida a 100 por cento pela holding estatal Parública e detém na totalidade a Consest, que comprou os 59,4 hectares da Quinta da Falagueira, na Amadora, à Direcção-Geral do Património, por 52,5 milhões de euros, depois de o Estado ter realizado dois leilões que ficaram desertos.



ALMADA

SOCIALISTAS ALERTAM PARA RISCO DE DERROCADA

Maria Santos é a primeira subscritora de um requerimento entregue na mesa da Assembleia da República dirigido ao Governo sobre a instabilidade da Escarpa Ribeirinha de Olho de Boi, em Almada.

Segundo um relatório elaborado pelo Instituto da Conservação da Natureza (ICN), "toda a escarpa apresenta grande grau de instabilidade e risco de queda iminente de novos blocos rochosos e aluimento de terras", prevendo ainda "a qualquer instante a continuação do desprendimento de terras e pedras, apresentando a arribas enormes fissuras e linhas de corte".

Os moradores de Olho de Boi também já manifestaram os seus receios em virtude da queda sucessiva de pedras na estrada que dá acesso ao bairro social da antiga Companhia Portuguesa de Pescas e às antigas instalações fabris, que acolhem actualmente oficinas de carpintaria e de reparação naval.

Face a este quadro, os deputados socialistas querem que o ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente confirme ou não a existência do referido relatório e as suas conclusões, em caso afirmativo, exigem o envio de um exemplar a este Grupo Parlamentar.

"A confirmar-se o cenário de perigosidade para aquelas populações", é ainda solicitada informação pormenorizada sobre as medidas que o ministério pensa vir a tomar.

Os parlamentares socialistas pretendem ainda saber se o ministro da tutela confirma ou não que o ICN "já tenha solicitado ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil e a um consultor externo um estudo visando uma futura requalificação da frente ribeirinha de Olho de Boi"

PENÍNSULA DE SETÚBAL

DEPUTADOS PREOCUPADOS COM GESTÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS PERIGOSOS

Os deputados do PS eleitos pelo círculo de Setúbal questionaram o ministro do Ambiente sobre quais as formas de controlo e tratamento para os resíduos industriais perigosos, nomeadamente nas áreas potencialmente contaminadas da península de Setúbal.

O requerimento dos deputados socialistas alerta que, cruzando a Lista Europeia de Resíduos Perigosos e dados do INE, "encontram-se cerca de 22 mil sítios, predominantemente industriais, potencialmente em Portugal", sendo que a península de Setúbal possui o maior número de zonas contaminadas e, dos 59 sítios identificados, "existem, no mínimo, sete com áreas superiores a dez quilómetros quadrados". O Barreiro "registra o maior número de locais potencialmente contaminados, 21, seguindo-se-lhe o município de Setúbal com um total de 17".

Assim, tendo em conta que o ministro da Saúde reconheceu, em Outubro de 2002, que muitas "empresas estão a espalhar clandestinamente os seus resíduos industriais perigosos no solo", os parlamentares da bancada socialista querem saber como é que o Governo "está a diligenciar no sentido de minorar os efeitos da contaminação".

O requerimento foi apresentado pelos deputados Paulo Pedrosa, Maria Santos, Alberto Antunes, Joel Hasse Ferreira, Eduardo Cabrita, Vítor Ramalho e Ana Catarina Mendes.



FRANGOS COM NITROFURANO

MENTIRAS DO GOVERNO GERAM DESCONFIANÇA NOS CONSUMIDORES

O Governo de direita coloca em risco a saúde pública e despreza direitos de cidadania que protegem os consumidores. Secretismo e mentiras, aliados à inacção e à irresponsabilização recorrente, são as características constantes apontadas por Acácio Barreiros à actuação do Executivo e sobretudo ao Ministério da Agricultura no mais recente escândalo da carne de aves contaminadas com nitrofurano. Em entrevista ao "Acção Socialista", o vice-presidente da bancada do PS exige soluções rápidas e eficazes para uma situação gravíssima que prenuncia uma crise de confiança na qualidade alimentar nacional.



O ministro da Agricultura mentiu aos portugueses quando alegou conhecimento tardio da existência de nitrofurano na carne de suínos e aves nacionais. Qual a atitude que, no seu entender, deveria tomar Sevinate Pinto, agora que foi obrigado a reconhecer a sua irresponsabilidade?

Bem, na minha opinião, o ministro Sevinate Pinto não tem condições para continuar nas suas funções, mas, muito além desta questão, considero que o importante agora é continuarmos a exigir que a tutela do sector e o Governo, de onde se destaca o papel dos responsáveis pela Saúde e pela Economia, tomem um conjunto de medidas de resposta efectiva a uma situação de extrema gravidade e de alto risco para a saúde pública.

Qual é o balanço político que faz da trapalhada do Governo no caso das aves contaminadas com nitrofurano?

Neste Governo do PSD, tal como tinha acontecido nas administrações de Cavaco Silva, demonstra-se um absoluto desprezo pela saúde pública e pelos direitos dos consumidores. O facto de o Ministério da Agricultura ter conhecimento há alguns meses de uma situação gravíssima para a saúde dos portugueses e o tenha escondido, tal como durante quatro anos esconderam o caso da doença das vacas loucas, gera uma situação de profunda desconfiança entre os consumidores. E o que vai ser mais difícil de recuperar no futuro será precisamente essa confiança.

Considera que as medidas que estão a ser tomadas pelo Ministério da Agricultura para resolver a crise no sector avícola são

suficientes para controlar a situação?

Não. É que, em primeiro lugar, não se sabe quais são. As medidas que estão a ser tomadas são de uma tal generalidade que nos deixam ainda mais preocupados do que estávamos no princípio.

Em segundo lugar, o Governo já devia ter mandado, não só sequestrar todas as explorações onde houvesse sinais positivos de nitrofurano, mas também retirar do circuito comercial todos os produtos provenientes dessas mesmas explorações.

Isto não é impossível de se fazer. Já foi feito no tempo dos governos do Partido Socialista, quando surgiu, por exemplo, a crise das salmonelas nos ovos provenientes da Bélgica. O Executivo não fez nada disto. Até agora tem-se limitado a esconder informações. Depois ficou à espera de segundas análises para divulgar o nome das empresas produtoras implicadas. Concluindo, estamos perante uma situação de ausência de medidas concretas, o que revela incompetência total nesta matéria.

A pesquisa de nitrofurano deve ser alargada a outras espécies por forma a credibilizar a fileira de produção animal?

Evidentemente que sim. Graças aos últimos avanços científicos, a pesquisa de nitrofurano, pode fazer-se, desde o ano passado, de forma muito eficaz.

O Governo tem por obrigação dotar os laboratórios nacionais de meios para uma investigação mais aprofundada e mais rápida

sobre estas questões e, simultaneamente, como é óbvio, apoiar as capacidades humanas empenhadas no que nós chamamos Plano Nacional de Recolha de Resíduos, por forma a alargar o âmbito da recolha e a rapidez de resposta dos laboratórios.

A tutela revelou, até agora, os nomes de apenas três de 43 explorações avícolas implicadas. Qual o impacto desta política de secretismo nos direitos dos consumidores?

Com essa atitude o Governo está a espalhar uma desconfiança generalizada no produto, tendo um impacto negativo que, aliás, se está a verificar com quebras na procura na ordem dos 70 a 80 por cento.

Para além disto, esta política é, do ponto de vista económico, evidentemente desastrosa, uma vez que aqueles produtores que, numa atitude de seriedade, não usaram nitrofurano, são prejudicados como os outros.

A partir do momento em que não há divulgação de quem é efectivamente culpado, paga o justo por pecador e, neste momento, estamos a assistir à queda das vendas de todos os produtores, criando-se uma situação absolutamente ilegítima e que obrigará o Governo, no futuro, a assumir as suas responsabilidades.

O Estado terá de indemnizar o sector caso a actual crise tome proporções indesejadas?

Sobre isso não tenho a mais pequena dúvida. O Estado terá, de facto, que indemnizar os

produtores injustamente prejudicados.

Mas, os principais aspectos e os mais graves, como já tive ocasião de referir, são o da saúde pública e o dos direitos dos consumidores que, em toda esta crise, são os mais desprotegidos. De resto, o problema dos produtores será resolvido, estou convencido, da melhor maneira possível.

Notícias recentemente vindas a público apontam para a hipótese de o nitrofurano encontrado nas explorações avícolas nacionais terem origem em matérias-primas para ração oriundas de outros países comunitários. Podemos estar perante uma crise de insegurança alimentar a nível europeu?

Não acredito que estejamos perante uma crise de dimensão europeia pela simples razão de que o sistema de recolha de resíduos de que falamos bem como o tipo de análise que já referimos são feitos em toda a Europa.

Todavia, o que admito como possível é que, de facto, as matérias-primas usadas em rações para animais estejam contaminadas com nitrofurano. Mas, se tal for o caso, o ministério já deveria ter feito, como no tempo da administração socialista, uma imediata apreensão dessas rações provenientes dos países em causa.

Neste cenário, o que uma vez mais se demonstra é a inabilidade e incompetência deste Governo, bem como a paralisia em questões fundamentais.

O ministro Sevinate Pinto questionou a actuação do PS na prevenção desta situação no passado. O que é que o ex-secretário de Estado da Defesa do Consumidor tem a dizer sobre isto?

É preciso que as pessoas tenham consciência de que só a partir de 2002 é que surgiram métodos científicos capazes de detectar os nitrofuranos nos moldes em que recentemente o foram. Os anteriores governos, quer do PS quer do PSD,

não dispunham de meios para descobrir a presença deste antibiótico prejudicial à saúde na carne dos animais.

Quanto ao que fizemos no Executivo, respondemos com muito à-vontade, porque tivemos de enfrentar uma crise duríssima com a BSE, com numerosíssimos abates de animais, com apreensões de grandes quantidades de rações. Recorde-se que, de uma só vez, proibimos todas as rações que tivessem como matérias-primas as

farinhas de ossos ou carne de bovinos, bem como matérias orgânicas.

Resumindo, tudo o que tinha de ser feito foi feito. Os portugueses têm perfeita consciência disso e a verdade é que, ao fim de um esforço imenso, recuperou-se outra vez a confiança dos consumidores na carne bovina.

Assumimos em pleno o que fizemos. Sabemos muito bem o que fariamos na presente crise: actuaríamos com a mesma energia como no

passado. Portanto, estamos em condições de poder exigir que os actuais responsáveis façam pelo menos o mínimo perante uma situação de risco para a saúde pública e terminem com situações demagógicas como a de espalhar que haveria um ponto na ordem de trabalhos da reunião do Comité Veterinário de Bruxelas, que poderia levar ao embargo da carne de aves portuguesas, quando tal ponto nunca esteve em agenda, apenas para terem o pé de dizer que, afinal, não houve embargo.



Em matéria de segurança alimentar e de direitos do consumidor, como pode ser caracterizada a política seguida pelo Executivo de Durão Barroso?

O mínimo que se pode dizer é que se desconhece por completo qualquer política governamental relativa a estas matérias.

Continua a haver, embora as pessoas nem saibam disso, uma área de defesa dos consumidores neste Governo. Que existe também um responsável por essa área, também ninguém sabe quem é, mas é o ministro Luís Arnaut, de quem nunca se ouviu uma palavra em público sobre a defesa dos direitos dos consumidores.

Por outro lado, nas tutelas que têm uma actuação próxima destas matérias, como é o caso dos ministérios da Saúde e da Agricultura, a irresponsabilidade ganha as proporções que se estão a ver.

Posto isto, julgo que Durão Barroso, tal como aconteceu em executivos anteriores de Cavaco Silva, não tem nenhuma percepção da importância que estes novos direitos têm, hoje em dia, para os cidadãos. É por isso que mantém a formalidade de terem um ministro para a área da defesa do consumidor, mas esse responsável não só não se preocupa ou se responsabiliza nada por estas questões, como não tem um único pensamento sobre elas.

MARY RODRIGUES

NOVA EDIÇÃO

PORTUGAL SOCIALISTA

QUESTÕES EUROPEIAS

Convenção Europeia
Pacto de Estabilidade
Política Agrícola
Gestão e responsabilidade

Já disponível em

<http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/portugal/>

FAUL

RAPOSO DEFENDE RENOVAÇÃO DO DISCURSO E PRÁTICA POLÍTICA

Joaquim Raposo, candidato à presidência da FAUL, defendeu que “é preciso renovar o discurso e a prática política do PS na área urbana de Lisboa”, na sessão de apresentação da sua moção de estratégia “Lisboa, Metrópole Europeia e Atlântica”, que decorreu no Hotel Altis, com a presença de largas dezenas de militantes.

O presidente da Câmara da Amadora lembrou que o IX Congresso da FAUL, a realizar em Abril, irá decorrer “num quadro político, social, cultural e económico” diferente do do anterior congresso, em 2002, pelo que a sua candidatura pretende “mobilizar o PS para os combates que se anunciam”. Raposo frisou também que a sua candidatura à FAUL implica pensar num projecto de desenvolvimento aplicado a toda a Área Metropolitana de Lisboa, elegendo a erradicação das barracas e da criminalidade como objectivos a atingir.

Dada a inexistência de mais candidaturas, Joaquim Raposo considerou que representa “um somatório de diferentes tendências e sensibilidades” políticas dentro do PS.

O autarca acrescentou que pretende “abrir a FAUL à sociedade civil, pôr o PS a intervir na agenda política e mobilizar o partido com uma determinação ganhadora”.

Na moção de Raposo, elege-se a educação como “a primeira área estratégica, assumida como desígnio metropolitano, em torno da qual deve haver entendimentos intrapartidários e com a sociedade civil”.

A moção propõe ainda a criação de um Conselho que una a FAUL às federações do Oeste e Setúbal e de uma Associação Regional de Autarcas da FAUL.

Na função de mandatário da candidatura de Joaquim Raposo à liderança da FAUL, Jorge Coelho não poupou elogios àquele que considera “a pessoa certa no lugar certo”, acrescentando que o autarca da Amadora “é um companheiro de muitos anos e de muitas lutas”.

Num breve discurso, Jorge Coelho afirmou que é precisa na FAUL “uma liderança forte que dê combate aos desmandos do governo da direita”, por se tratar de “uma federação com uma importância política enorme” e elegeu como objectivos para o PS na área metropolitana de Lisboa a reconquista das câmaras perdidas nas últimas autárquicas, como Lisboa e Cascais, bem como a “ousadia” de tentar ganhar onde o PS nunca ganhou.

UISEU

PAULO ALBERNAZ PROMETE DESASSOSSEGO CONTRA APATIA



Paulo Albernaz avançou com a sua candidatura à liderança da Federação do PS/Viséu, que tem como objectivo “provocar inquietação e desassossego”, de forma a pôr fim à “apatia e ausência de participação dos militantes que esta estrutura vem registando nos últimos anos”.

Falando na apresentação da sua moção “Renovar para crescer – por um distrito à medida dos nossos sonhos”, Paulo Albernaz frisou que “o PS tem-se limitado nos últimos anos a gerir o quotidiano e pouco mais, centralizado, numa lógica unipessoal, que afasta a participação de todos”. O PS, adiantou, deve ser “um assunto de militantes e não um sindicato de votos”.

Para levar os militantes a participarem na vida do partido, Paulo Albernaz, actual presidente da Concelhia de Tondela, propõe a criação de um gabinete de estudos que promova debates abertos a toda a sociedade e a realização de fóruns pelo distrito, porque em muitos concelhos “a opinião é coarctada por um conjunto de pessoas”.

BRAGA

JOAQUIM BARRETO QUER CRIAR ASSOCIAÇÃO DE AUTARCAS DO NORTE

Uma proposta para “analisar e reflectir” com outras federações do Norte do País sobre a “oportunidade e utilidade da criação de uma estrutura associativa de autarcas” é a principal novidade da moção que Joaquim Barreto, único candidato à liderança da Federação de Braga do PS, vai levar ao congresso desta estrutura, agendado para 5 de Abril.

Referindo que o recente pacote de descentralização proposto pelo Governo “suscita muitas dúvidas”, o presidente da Câmara de Cabeceiras de Basto explicou que a ideia subjacente à criação de uma associação que reuna todos os autarcas do PS do Norte é que essa estrutura “identifique, analise e discuta” os problemas “à escala regional” e que possa, posteriormente, “reivindicar as soluções adequadas” junto das instâncias regionais ou nacionais.

Entre os desafios que se colocam à Federação de Braga, Joaquim Barreto elege o “combate à retórica e prática política centrada no equilíbrio artificial das contas públicas a qualquer preço”, que “relega para plano secundário a economia rela e a justiça social”.

PORTALEGRE

CEIA DA SILVA ANUNCIA RECANDIDATURA

O presidente da Federação de Portalegre do PS, Ceia da Silva, que anunciou a recandidatura ao cargo, defendeu que o Norte Alentejano necessita de “novas bandeiras” e desafiou todas as forças políticas e agentes económicos a organizar um fórum distrital, com o objectivo de criar um lóbi capaz de defender os interesses da região.

Ceia da Silva vai apresentar a moção “Pelo Norte Alentejano fazer sempre bem” no Congresso distrital do PS, que terá lugar no dia 5 de Abril, no auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão em Portalegre.

No distrito de Portalegre, em termos autárquicos, o PS é o partido com mais câmaras (sete), seguido do PSD (cinco) e da CDU (três).



CONCELHIA DE LISBOA

JOSÉ LEITÃO EM CAMPANHA

No âmbito da campanha de José Leitão à liderança da Concelhia de Lisboa, encontra-se agendado um conjunto de iniciativas cujo objectivo é levar o debate político às secções da capital.

Assim, está previsto para a próxima sexta-feira um jantar de apresentação do manifesto de candidatura na Casa do Alentejo, no dia 26 realizar-se-á um debate sobre “A Renovação e a Concelhia do PS de Lisboa”, na Secção do Limoeiro, e no dia 27 terá lugar um encontro, na Secção do Bairro Alto, sobre “O PS e o Futuro do Trabalho e das Relações Laborais”.

Para o mês de Abril está agendado para o dia 2 um debate subordinado ao tema “Reforma e Descentralização Administrativa”, na Secção de Benfica, enquanto no dia 9 “A Inovação e Conhecimento” será o tema de discussão na Secção da Almirante Reis, e dia 11 haverá uma conferência sobre “Lisboa, Cidade Solidária e Cosmopolita”. Nos dias 16, 22 e 30 estão previstos debates sobre “Qualificações e Empregabilidade”, na Secção do Lumiar, “Cidadania para Todos”, na Secção dos Olivais e “Dinamização dos Espaços Culturais da Cidade de Lisboa”.

Para Maio, José Leitão tem agendado para o dia 7 a realização de um debate sobre “A Administração Pública e o Poder Local”, enquanto o “Urbanismo, Qualidade de Vida e Desenvolvimento da Cidade de Lisboa” é o tema proposto para o debate de dia 9. No dia 16 terá lugar um jantar da candidatura.

SANDRA PAULO

RENOVAÇÃO PASSA POR NOVOS ROSTOS E IDEIAS

Defensora do processo de renovação em curso no PS, Sandra Paulo considera fundamental a limitação de mandatos para surgirem novos rostos e novas ideias, adiantando que há jovens quadros que “precisam de uma oportunidade”.

A militante desta semana do “Acção Socialista”, que se afirma partidária dos novos Estatutos e Declaração de Princípios, revela que tem “uma profunda admiração” por Ferro Rodrigues, “um líder com aura”, e defende ainda que o PS deve fazer uma oposição construtiva, apresentando propostas alternativas ao actual Governo, que acusa de não ter uma política de juventude.

Membro do Secretariado da Secção de S. Iria de Azóia, com o pelouro das Autarquias, e presidente da Assembleia Geral do Núcleo da JS, Sandra Paulo, de 28 anos, recorda que se inscreveu no partido “por convicção e por vontade de intervir, de forma a poder dar um contributo para interessar os jovens pela política”.

Militante de base, esta camarada considera que as secções de residência desempenham um “papel fundamental” na organização do partido, porque, explica, “permitem passar o sentir das bases para os órgãos dirigentes e dar a conhecer aos militantes a actividade política do PS nas mais diversas áreas”.

Sandra Paulo, que tem opiniões muito concretas sobre a vida interna do partido, afirma-se “muito contente” com a actual liderança de Ferro Rodrigues, de quem diz ter “uma profunda admiração”. “O secretário-geral tem bom coração, tem aura de liderança, e tem feito um bom trabalho ao nível da renovação do partido, nomeadamente chamando a juventude à actividade política”, sublinha.

Presente no último Congresso, Sandra Paulo considera que desta reunião magna saiu “um PS coeso, pronto para melhor intervir, nas várias frentes, contra as políticas do actual Governo”.

Esta militante concorda “em pleno” com a limitação de mandatos proposta pela actual direcção do partido. “Para haver uma efectiva renovação, com novos rostos e ideias, considero que é absolutamente



necessária a obrigatoriedade da limitação de mandatos dos cargos dirigentes a diversos níveis”, refere.

É que, adianta, “os jovens quadros e outros militantes com valor precisam de uma

oportunidade”.

Sobre a Declaração de Princípios, Sandra Paulo afirma-se satisfeita com o resultado final do documento, sublinhando que permitiu “uma ampla discussão político-

ideológica que há muito tempo não havia no interior do partido”.

Esta camarada tem também ideias muito claras sobre a forma como o PS deve fazer oposição, referindo que o partido deve ter uma “postura positiva, que passa pela apresentação de propostas alternativas”. E acrescenta que é também necessário “estabelecer um diálogo permanente com a sociedade civil”.

Quanto ao actual Governo, Sandra Paulo afirma que “não tem uma política de juventude, nem cultural, coloca os interesses económico-financeiros acima da qualidade de vida, entendida no seu sentido mais lato, e revela uma falta de respeito pela Assembleia da República”.

Presente no Fórum Autárquico, realizado recentemente em Santarém, refere que esta iniciativa foi “um êxito” e muito “oportuna”, porque teve o mérito de “juntar os autarcas socialistas a discutir temáticas importantes, numa altura em que as autarquias se encontram com orçamentos reduzidos”.

Sandra Paulo considera ainda que acções como esta são “um importante contributo para que o PS tenha um projecto coeso e uno em prol das populações”.

J. C. CASTELO BRANCO

PREFERÊNCIAS

Político nacional
Sampaio e Guterres

Político estrangeiro
François Mitterrand

Acontecimento nacional
25 de Abril

Acontecimento internacional
Queda do Muro de Berlim

Escritor
António Mega Ferreira

Livro
“Guerra e Paz”

Músico
Jorge Palma

FINANÇAS PÚBLICAS 2002

**APROVADO RELATÓRIO
MANUEL DOS SANTOS**

O Parlamento Europeu aprovou esta semana no plenário de Estrasburgo o relatório do eurodeputado Manuel dos Santos sobre as finanças públicas na União Económica e Monetária em 2002. Ao intervir em plenário, Manuel dos Santos aproveitou para reiterar a sua compreensão pelas declarações do presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, que considerou o Pacto de Estabilidade excessivamente rígido e, portanto, susceptível de criar dificuldades orçamentais aos Estados-membros, limitando assim o desenvolvimento económico.

Neste sentido, considerou que teve plena justificação o teor do discurso de Romano Prodi em Outubro de 2002, quando exprimiu a sua preocupação com a fase descendente do ciclo económico, criticando também a aplicação inflexível e dogmática do Pacto de Estabilidade e Crescimento, defendendo, conseqüentemente, a introdução de ajustamentos e critérios mais sofisticados para a aplicação do Pacto.

Na sequência daquelas posições, a Comissão acabou por reelaborar um quadro de supervisão orçamental menos rígido e mais actuante, que surge agora associado ao princípio de que a aplicação do Pacto deve tornar-se um instrumento cada vez mais valioso para a promoção da estabilidade, do crescimento e do emprego.

O relatório do eurodeputado Manuel dos Santos subscreve esta visão, na medida em que considera que ela corresponde a um passo intermédio entre a aplicação rígida do Pacto e a indispensável evolução para um modelo interpretativo que se julga inevitável no futuro, que tome em consideração critérios mais sofisticados como a inflação, o emprego, as dívidas públicas e a sua evolução, os encargos financeiros resultantes do envelhecimento da população e as necessidades de investimento.

O eurodeputado não quis deixar de sublinhar que, apesar do espírito do relatório ter sido alterado quase até ao limite do aceitável, as soluções que nele se propunham “nem sequer são inéditas no quadro de algumas economias desenvolvidas da OCDE, onde a “regra de ouro” é um elemento essencial, não apenas para a consolidação das finanças públicas, mas também para o lançamento e sustentação de um processo de desenvolvimento económico e social.



**GUTERRES ENCONTRA-SE
COM BILL CLINTON**

O presidente da Internacional Socialista, António Guterres, encontrou-se esta semana com o anterior presidente norte-americano, Bill Clinton, com quem discutiu a situação internacional. De visita a Nova Iorque e a Washington durante três dias, António Guterres teve uma série de outros encontros com responsáveis do Partido Democrático dos Estados Unidos e participou, no Capitólio, numa mesa-redonda subordinada ao tema “A democracia em África”. Entre os principais objectivos dos encontros com responsáveis do Partido Democrático, designadamente com a secretária-geral Madeline Albright, está a discussão de formas de colaboração com a Internacional Socialista.

Guterres teve também um encontro com os democratas do Comité do Senado para as Relações Externas e um jantar privado com John Hume, ex-líder do Partido Trabalhista da Irlanda do Norte, que recebeu o prémio Sakharov do Parlamento Europeu, pelos seus esforços no processo de paz na Irlanda do Norte, de que foi um dos principais responsáveis.



**SAMPAIO CONTRA
MARGINALIZAÇÃO
DE PORTUGAL NA UNIÃO
EUROPEIA**

Portugal não deverá deixar aprofundar na União Europeia os distanciamentos geográfico, tecnológico e económico, acrescentando-lhe os custos irreparáveis de uma marginalização no quadro europeu.

O alerta foi feito esta semana pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, num artigo publicado no jornal “Público”, em que fala da “difícil encruzilhada” em que se encontra a União Europeia e dos rumos que devem ser seguidos, designadamente por Portugal.

Rejeitando uma matriz de natureza mais intergovernamental na futura evolução da União, sobretudo em discussão na Convenção sobre o Futuro da Europa, Sampaio considera que, para Portugal, o método comunitário é o que mais interessa, por ser aquele que melhor promove a integração, e não o intergovernamental, “onde será mais fácil a emergência de ambições nacionais”.

Segundo afirma o Presidente da República, “para Portugal, a via integradora tem sido a que melhor apoio tem prestado à indispensável correcção de várias das suas conhecidas vulnerabilidades, até por ser aquele em que princípios e instrumentos de solidariedade se sobrepõem às derivas dos egoísmos nacionais”.

Jorge Sampaio considerou ser seu dever tornar pública agora a sua opinião sobre o actual momento europeu, não só porque o alargamento trará novos e importantes desafios, mas também “por estarmos confrontados com uma realidade propícia a crescentes pessimismos e a dúvidas desmobilizadoras quanto à desejável evolução do projecto integrador”.



**VITORINO TRAÇA TRÊS
DESAFIOS PARA O FUTURO
COMUNITÁRIO**

A União Europeia tem de responder no seu futuro próximo a três grandes desafios, considerou este fim-de-semana em Lisboa o comissário António Vitorino, que participou no encerramento do congresso “Portugal e o futuro da Europa”.

Para o comissário, um desses desafios é a reforma das instituições, de modo a que seja possível conciliar o projecto europeu com o alargamento a dez novos países. O outro, que na futura arquitectura europeia as diferentes identidades nacionais sejam respeitadas, isto é, que não se caia na tentação de criar um superestado europeu. Finalmente, é necessária uma maior aproximação entre a Europa e os seus cidadãos, informando-os sobre os seus desígnios e dando respostas concretas aos sinais contraditórios que a União Europeia transmite.

António Vitorino defendeu, por outro lado, que os trabalhos da Convenção, deverão concretizar três tarefas essenciais: “simplificar, clarificar, reformar”.

Considerou ainda que é das grandes crises, como parece ser aquela que agora a União atravessa, que nascem as tomadas de consciência colectiva, acrescentando que a Europa deve ser “um protagonista global e não antagonista dos Estados Unidos”.

CARLOS LAGE EM ENTREVISTA AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

PRIORIDADE DOS SOCIALISTAS É O COMBATE AO TERRORISMO E À MISÉRIA

Para os socialistas europeus a prioridade não é atacar o Iraque, embora se deva manter a pressão sobre o ditador de Bagdad. A prioridade é combater o terrorismo, a miséria e a desigualdade, afirma em entrevista ao "Acção Socialista" o eurodeputado Carlos Lage, membro da Mesa do Grupo Socialista Europeu e presidente da delegação portuguesa.

Lage considera que a União Europeia tem agora uma excelente oportunidade para se tornar um actor decisivo no plano mundial, afirmando-se com uma voz forte e única na cena internacional. Deve mesmo ir mais longe, assegurando a sua própria defesa, não a deixando entregue a pequenos países ou só aos Estados Unidos.

O eurodeputado considera ainda que o seguidismo do Governo de Durão Barroso em relação aos Estados Unidos torna a posição de Portugal "pouco confortável" nas instituições europeias.

Que consequências poderão ter as grandes divergências entre países europeus por causa da crise do Iraque?

É difícil antecipar, mas as consequências são preocupantes. O mais importante é encarar esta crise não pelo lado do abatimento, mas sim pelo do desafio. As convulsões que está a provocar nas relações entre estados podem ter como consequência o risco de estarmos a caminhar para um cenário em que a ONU perderá a capacidade de regular as relações internacionais.

Há uma desestruturação da ordem política internacional e não se está a ver quais são as bases da sua reconstrução. É aí que a União Europeia deve constituir-se como actor decisivo da vida política internacional no plano económico, político, militar e diplomático, tornando-se mais eficaz em todos estes domínios.

A política externa europeia fica enterrada de vez com este flagrante falhanço na questão do Iraque ou, pelo contrário, impulsionará a criação de uma política externa mais sólida e até de uma política de defesa?

Depende mais da vontade dos dirigentes políticos europeus do que de qualquer curso fatal dos acontecimentos para que haja ou não uma ruptura em relação à PESC. As opiniões públicas, tal como se têm manifestado contra a guerra, também demonstram uma vontade de grande autonomia em termos de defesa. E os dirigentes europeus não podem ignorar, por



isso, que o avanço para uma PESC mais consistente tem o respaldo das opiniões públicas e dos cidadãos. Estes acontecimentos levam a uma pressão difusa da opinião pública na União Europeia para que se dote de instrumentos e fale a uma voz única e forte no mundo.

Pessoalmente, não sou favorável a que a União Europeia entre numa grande corrida aos armamentos, mas não podemos descurar a nossa própria defesa, nem deixá-la entregue a pequenos Estados ou só aos Estados Unidos. Nesta dicotomia europeia e atlântica pode nascer uma política externa e de defesa. A Europa deve sempre ser uma força de paz, mas também avançar com a sua Força de Reacção Rápida e investir na defesa, que é essencial para a democracia e a tranquilidade da Europa. Mas há o risco desta crise na Europa ser mais duradoura do que se pensa.

Que significado pode ter o total apagamento do "Senhor PESC", Xavier Solana, neste contexto de conflito político-diplomático com os Estados Unidos?

É uma questão a que a Convenção tem de dar resposta. A Europa dotou-se do Euro, que é uma moeda forte e credível e elemento de

integração europeia. Mas agora está confrontada com o alargamento que tem também grandes implicações nas políticas de defesa e de segurança. Há sinais de que a Leste os países estão inquietos e que têm maior tendência para se encostarem à potência americana. Estamos perante o grande desafio da crise iraquiana e temos a sorte de, neste preciso momento, a Convenção ter os seus trabalhos em curso, que são extraordinariamente importantes para dar a resposta que a União Europeia precisa em matéria de definição dos seus objectivos políticos, económicos e éticos e impulsionar o aparecimento de uma Constituição para a Europa.

Qual a posição dos socialistas europeus em relação a uma guerra com o Iraque?

A posição do Grupo Socialista Europeu em relação a esta crise político-diplomática é de apoio às posições assumidas pela França, Alemanha e Bélgica. Trata-se de uma posição que vai no sentido de considerar que a guerra contra o Iraque não é uma prioridade na política internacional. Para os socialistas, a prioridade é o combate ao terrorismo, à miséria e à desigualdade, sem dúvida mantendo a pressão

para que o regime de Saddam Hussein desarme e deixe de ser perigoso para a região e para o mundo. Os socialistas condenam o carácter bárbaro do regime de Saddam, mas não aceitam a via que os Estados Unidos querem empreender.

Deste conflito sairá uma Europa com mais autonomia; a Europa não pode ser subalterna dos Estados Unidos.

O Governo português não estará a afastar demasiado Portugal da União Europeia ao virar tanto a agulha para os Estados Unidos?

Sim. Este seguidismo do Governo em relação à política americana torna a posição de Portugal pouco confortável nas instituições europeias. A imagem que Portugal agora deixou a pairar pode afectar o nosso prestígio na União. O importante é que Portugal, no futuro, independentemente da posição errada que agora assumiu, saiba tirar lições para impulsionar o projecto de integração europeia sem estar a levantar bandeiras de soberania contra a PESC. Espero, por isso, que esta posição não sirva de pretexto para Portugal não se envolver no aprofundamento de uma política externa e de defesa comum.

PRESIDÊNCIA ABERTA

SAMPAIO DEFENDE ROSTO HUMANO NA GESTÃO DA IMIGRAÇÃO

Na presidência aberta sobre imigração que está a efectuar, Jorge Sampaio tem deixado uma mensagem de integração e justiça social para com os cidadãos estrangeiros que trabalham em Portugal. O chefe de Estado defende uma "gestão rigorosa" da entrada de imigrantes no País, mas de "rostro humano".

"Se uma administração é burocraticamente insensível à dimensão humana dos problemas com que lida, o que incentiva não é o cumprimento da lei, mas sim a fuga ao que ela determina", advertiu Sampaio, em vésperas da entrada em vigor da nova Lei de Imigração, que muitos catalogaram já como "a mais dura" das últimas décadas.

Ao longo da semana em que tem procurado uma maior aproximação às comunidades estrangeiras a viverem em território português, o Presidente da República tem sublinhado recorrentemente a necessidade de uma política de imigração nacional que tenha em linha de conta as reais necessidades do País, inserindo-se ainda numa perspectiva europeia.

Neste sentido, "é preciso controlar a entrada de imigrantes em Portugal", porque que "só dessa forma é possível ao Estado proporcionar um acolhimento e inserção bem sucedidos". "Temos que ter um controlo sobre o número de imigrantes" que entram no nosso país, afirmou Jorge Sampaio, à saída de uma reunião conjunta na Inspeção Geral do Trabalho com os responsáveis do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do Instituto de Emprego e Formação Profissional e com o ministro da Administração Interna, Figueiredo Lopes.

"Se o número subir incontroladamente, não é possível ter uma gestão eficaz dos fluxos migratórios" que promova a integração, reiterou.

A urgência de se proporcionarem condições efectivas de integração social aos imigrantes é outras das ideias que o chefe de Estado não tem deixado de acentuar.

Com esta iniciativa, o Presidente tem abordado a imigração numa perspectiva humanista e também como factor de valorização da nossa própria identidade nacional.

A promoção de um debate sobre as diversas vertentes da questão - incluindo o combate à imigração ilegal - o reforço da ideia de que o sucesso nesta matéria passa por um investimento na integração através da definição e implantação de políticas de acolhimento são outros dos propósitos do programa desta visita presidencial, que se iniciou no passado dia 9, em Lisboa, e que se prolongará até ao dia 18.



Combater as redes ilegais de imigrantes é outra prioridade do Presidente da República que, terça-feira, na empresa de gestão de parques de estacionamento Gisparques alertou para a urgência de as empresas apostarem na regularização da mão-de-obra estrangeira que contratam.

Sampaio manifestou-se ainda preocupado com a situação dos trabalhadores imigrantes obrigados a regressar aos seus países sem o retorno dos descontos que legalmente fizeram em Portugal.

"Alguns têm que regressar, mas não regressam com as contribuições que fizeram. Parece

insólito", comentou o chefe de Estado, que falava na Emparques, uma empresa de gestão de parques de estacionamento em Lisboa.

Em declarações aos jornalistas, no final desta visita, o Presidente sugeriu que a resolução do problema pode passar pela realização de "acordos entre os Estados", como os existentes, há mais de duas décadas, entre França e Portugal.

Jorge Sampaio destacou igualmente a necessidade de os serviços estatais, regionais e as instituições trabalharem em conjunto para tornar mais rápido os processos de legalização e integração dos trabalhadores.

Uma rede de consulados bem implantada nos países de origem foi outra das sugestões do chefe de Estado para facilitar os processos de acolhimento dos trabalhadores, principalmente o reagrupamento das famílias.

Responsabilidade humana não é descartável

A propósito da crise económica que se vive em Portugal e das suas implicações para as minorias étnicas residentes no País, o Presidente da República sustentou que o aumento do desemprego não justifica "o discurso da rejeição e expulsão de imigrantes".

Para Sampaio, "a responsabilidade humana e social" para com os estrangeiros "não é descartável".

"Compreendo que num momento em que há desemprego crescente entre a população portuguesa, a muitos, - por insuficiente reflexão - pareça óbvio e justo o discurso de rejeição dos imigrantes e até da sua expulsão", disse, ressaltando de seguida o facto de que são os cidadãos estrangeiros que "desempenham, na maioria dos casos, tarefas que os portugueses ou já não querem desempenhar ou para as quais não há mão de obra suficiente no País".

O Presidente frisou por outro lado que "não é humanamente admissível que Portugal atraia pessoas" quando delas necessita e depois "as queira excluir da comunidade nacional" quando o desemprego aumenta entre os portugueses.

M.R.



Provavelmente, a noção de aliado que o primeiro-ministro tanto gosta de explanar, foi apreendida na sua relação política com o dr. Paulo Portas no caso Moderna. Um conceito que transpõe para o plano político a técnica do assobiar para o ar, mesmo perante a maior das evidências. Segunda a tese dominante na maioria, um aliado tem de ser sempre solidário, mesmo que seja uma solidariedade na asneira e na violação da lei. Para o dr. Barroso, ser solidário é ser atrelado.

Provavelmente ninguém informou o primeiro-ministro que já não era necessário proferir uma afirmação bombástica para tentar desviar a atenção da aprovação de um embargo à exportação de carne de aves portuguesas, na sequência da detecção de nitrofuranos em diversas explorações. O embargo não foi deliberado pelo Comité Permanente da Cadeia Alimentar e Saúde Animal da União Europeia, mas esqueceram-se de telefonar a Durão e vai daí, no Luxemburgo, em francês, o primeiro-ministro de Portugal resolveu anunciar "urbi et orbi" que, mesmo sem resolução das Nações Unidas, Portugal estará ao lado dos Estados Unidos num ataque ao Iraque. O Dr. Durão quis ser mais papista que o Papa, quis entreter os portugueses com uma declaração grave que suscitasse polémica, mas brincou com coisas sérias. Fez um pré-aviso de fora da lei internacional, anunciou que quem deve dar o exemplo sobre o respeito pela Constituição, não o vai dar.

Provavelmente, a noção de aliado que o primeiro-ministro tanto gosta de explanar, foi apreendida na sua relação política com o dr. Paulo Portas no caso Moderna. Um conceito que transpõe para o plano político a técnica do assobiar para o ar, mesmo perante a maior das evidências. Segunda a tese dominante na maioria, um aliado tem de ser sempre solidário, mesmo que seja uma solidariedade na asneira e na violação da lei. Para o dr. Barroso, ser solidário é ser atrelado.

Provavelmente ainda ninguém explicou ao senhor advogado, Consultor do Governo Regional da Madeira, que lidera a bancada do PSD na Assembleia da República, que não será por maior desonestidade intelectual ou por maiores insultos à inteligência dos socialistas e dos portugueses, que conseguirá demover a nossa fidelidade aos valores do Direito Internacional. Não será por declarações à moda dos vapores do Chão de Lagoa, como aquele em que insinua que os socialistas estão ao lado do regime iraquiano e de Saddam Hussein, que esse senhor conseguirá levar o navio a bom porto. O insulto e o maniqueísmo nunca deram nenhum contributo positivo para a credibilização do debate político.

Provavelmente o senhor primeiro-ministro ainda não interiorizou que determinadas afirmações não podem ser formuladas com leviandade. Não, já não estamos a falar da teoria do atrelado elaborada em torno da posição de Portugal face a um eventual ataque unilateral dos Estados Unidos da América ao Iraque. Reportamo-nos à crise dos frangos com nitrofuranos e às espantosas declarações do primeiro-ministro à saída da audiência semanal com o Presidente da República, segundo as quais "provavelmente, há muito tempo que a carne de determinadas aves é contaminada só que não havia análises ou não eram divulgados os resultados dessas análises". Qualquer responsável político, e muito menos o primeiro-ministro, não pode insinuar que, no passado, pode ter havido a ocultação de resultados de análises com detecção de substâncias perigosas para a saúde humana. Não é uma atitude eticamente aceitável nem politicamente responsável. É um comportamento de alguém que, para esconder as responsabilidades do Governo na entrada de carnes contaminadas no circuito comercial de consumo, não hesita em profetizar

A verdadeira política de igualdade tem de estar centrada nas dimensões públicas da igualdade de género, como a luta contra a discriminação no emprego, as políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar, os apoios ao nível de equipamentos e serviços familiares.

Há poucos dias, o ministro da Agricultura fez o favor de partilhar com a imprensa e o com o País uma tocante frase sobre a sua relação com os frangos e com as mulheres: "Ainda não aconteceu, desde dia 26 [leia-se, desde que veio a público o caso dos nitrofuranos em dezenas de aviários], a minha mulher dar-me frango". E terá ficado tudo dito.

Nem de propósito, estas declarações surgem poucos dias depois de ter voltado a público que estará a ser preparado um plano para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Plano anunciado com muita pompa e circunstância, mas, no fim de contas, muito pouca substância, como se viu pela incapacidade, até hoje, dos responsáveis em avançar com mais do que generalidades sobre o seu conteúdo. Aliás, essa substância, a existir um dia, corre o sério risco de ficar submersa por aquela que tem sido, de forma recorrente, a postura do actual Governo face a uma questão que, quer se goste ou não, é e será cada vez mais central nas agendas sociais e políticas.

A igualdade entre homens e mulheres é também uma questão que se joga na forma como a formulamos no espaço público. E no que a esta dimensão diz respeito, o Governo tem oscilado entre o silêncio da pura negligência, a generalidade inconsequente ou, o que é mais grave, a manifesta infelicidade. As declarações de Sevinate Pinto são apenas mais um episódio, porque não é a primeira vez que surgem intervenções cuja gravidade, talvez por estarmos no Sul da Europa e em plena maré conservadora, passa estranhamente despercebida.

No Congresso do PSD, já lá vão uns meses, José Luís Arnaut, questionado por uma jornalista, perante as câmaras de televisão, sobre a irrisória proporção de mulheres ali presentes, não hesitou. É tudo simples, e claro como a água: como é que querem que haja mais mulheres nestas coisas se elas têm filhos em casa para criar? Alguém tem de o fazer, e é aí que as mulheres estão, naturalmente. Mais uma vez, fica tudo dito. Que me lembre, esta triste declaração passou em claro.

O problema, porém, não se esgota na batalha simbólica em torno destas questões. No que toca às questões de facto, há nos responsáveis deste Governo uma perigosa confusão entre políticas de igualdade e políticas de família e de protecção à mulher. Como se se pudesse reduzir as primeiras às segundas, ou como se fossem sequer a mesma coisa. É uma associação perigosa e nada inocente, que não deixa de ser reveladora.

É com base nesta matriz que se anuncia a luta contra a violência doméstica como uma das prioridades do plano para a igualdade de oportunidades. Ou que se insiste em falar das políticas de família como políticas de igualdade, preferencialmente destinadas à mulher, de uma forma claramente familiarista e incentivadora do modelo da mulher como responsável (único, de preferência) pela vida familiar. Não é o apoio à família que está em causa, na verdade. É o apoio expresso a um determinado modelo de família, marcadamente tradicional e confundido com uma política para a mulher ou para a igualdade.

PROVAVELMENTE... O ESTILO DURÃO

que no passado era o caos.

Provavelmente a missão dos diversos ministros que no próximo fim-de-semana comemorarão o primeiro aniversário do Governo da coligação PSD/PP será feita a expensas do erário público ou os senhores membros do Governo deslocar-se-ão em viaturas particulares para os colóquios político-partidários. Provavelmente será apenas propaganda, sem nenhum contributo para resolução dos problemas sociais e económicos criados pelo Governo.

Provavelmente, pelo tom arrogante da senhora administradora do ICEP responsável pela promoção turística do Euro-2004 face às críticas pela divulgação em Berlim de um folheto em que José António Camacho promove o evento, ninguém será responsabilizado por um acto de incompetência e falta de senso na azarada divulgação do terceiro maior evento desportivo mundial.

Provavelmente, o senhor ministro da Saúde ou o Infarmed esqueceram-se de informar os portugueses que, a partir de hoje, se não lhes subscreverem medicamentos genéricos numa qualquer consulta médica, terão de suportar um custo mais elevado, porque é reduzida a comparticipação do Estado, tendo por referência o genérico mais caro existente no mercado.

Provavelmente, serão os trabalhadores das OGMA a pagarem com mais desemprego, as opções da Lei de Programação Militar do Governo PSD/PP em matéria de aquisição de meios aéreos. O abandono do consórcio europeu de construção do avião de transporte estratégico A-400 M e a opção pela construtora Lockheed, quando diversos trabalhadores das OGMA tinham já obtido formação para a participação no projecto europeu revela uma alteração da vocação da empresa. Um alteração sem enunciar qualquer alternativa, sem confirmar a informação que circula de que as OGMA poderão ser uma importante plataforma de manutenção da Lockheed na Europa.

P.S. Quando, nos tempos idos de 74 e 75, trazias para casa sinais da pluralidade e liberdade conquistada, despertaste uma dimensão cívica que procuro honrar. Obrigado, Pai!



ANTÓNIO GALAMBA

A MIRAGEM DA IGUALDADE

Nada de mais errado, e de mais mistificador. Estas preocupações com a violência doméstica e com a família são sem dúvida importantes. Mas, desde logo, são tratadas de forma enviesada, porque num país com Portugal, em que a esmagadora maioria das mulheres trabalha fora de casa, não é dando apoios para as mulheres terem muitos filhos e ficarem em casa a tomar conta deles que se promove a igualdade; nem defendendo-as do flagelo da violência doméstica. A verdadeira política de igualdade tem de estar centrada nas dimensões públicas da igualdade de género, como a luta contra a discriminação no emprego, as políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar, os apoios ao nível de equipamentos e serviços familiares. É assim que se combate a sobrecarga das mulheres e as discriminações que subsistem e se criam verdadeiras condições de igualdade entre os sexos.

No que às dimensões privadas da vida familiar diz respeito, um Estado democrático, moderno, mas cuja protecção social (apesar dos progressos em anos recentes) tem ainda um caminho significativo a percorrer, não pode senão agir para que as pessoas tenham condições efectivas para tomar as opções que, no quadro das suas vidas e das suas escolhas, lhes parecem as mais adequadas. Num país com uma elevadíssima taxa de emprego a tempo inteiro das mulheres, tentar empurrar, no discurso e na prática, as mulheres para o espaço doméstico e centrar o discurso da igualdade nas vertentes mais privadas das políticas familiares (e nem sequer em todas, porque ninguém ouve falar, por exemplo, nas assimetrias da divisão do trabalho não pago, i.e. do trabalho doméstico) é, além de falacioso e mistificador, a melhor maneira promover uma visão profundamente retrógrada, moralizadora e desigualitária da família e das relações entre homens e mulheres.

Mas não nos enganemos. Não há aqui erros ou omissões. É esta a visão que está em causa. Este Governo não se limita a ser liberal, i.e. não interventivo sobre as escolhas privadas, e portanto a promover a manutenção das desigualdades por omissão. É assumidamente conservador nos discursos e, por acções deliberadas, também o é na prática. É isto que é preciso desmascarar.



MIGUEL CABRITA

A EUROPA: FAZER DAS FRAQUEZAS FORÇAS



LUÍS MARINHO

Ao contrário do que seria esperado, a ferida aberta entre os Estados-membros da União por causa do conflito iraquiano não desorganizou os trabalhos da Convenção. Paradoxalmente, o *calor* da polémica que invade as capitais europeias não incendiou os trabalhos da Convenção que entraram na fase crítica da elaboração do texto definitivo da Constituição, revelando uma capacidade de transigência e uma vontade de consenso, inimagináveis há poucos meses.

De certo modo, todos sentimos por cima das diferenças de opinião que nos separam sobre a questão da Paz e da Guerra que, *refundar o edifício europeu* em bases sólidas, era uma obrigação histórica para quem tem um pouco do futuro da Europa na mão.

A verdade é que já são claros os consensos sobre matérias que, não fora a pressão das circunstâncias, continuariam a alimentar disputas e desacordos, nunca antes resolvidos nas Conferências Intergovernamentais.

Dito isto, aonde chegámos, então, até agora?

De certo modo, todos sentimos por cima das diferenças de opinião que nos separam sobre a questão da Paz e da Guerra que, *refundar o edifício europeu* em bases sólidas, era uma obrigação histórica para quem tem um pouco do futuro da Europa na mão. A verdade é que já são claros os consensos sobre matérias que, não fora a pressão da história das circunstâncias, continuariam a alimentar disputas e desacordos, nunca antes resolvidos nas Conferências Intergovernamentais.



Quais *são os progressos e os avanços* que a Convenção já pode inscrever na futura Constituição europeia?

1. Desde logo, a manutenção da palavra *federal* no primeiro dos artigos. Não como definição do modelo político da União, mas como *forma de gestão* de certas políticas comuns. É um qualificativo de políticas e não de sistemas. É certo que só há duas políticas geridas em termos federais - que é a política relativa ao euro, a política monetária e a política da concorrência. Mas nem por isso se pode presumir que a evolução da Europa não venha a necessitar de outras políticas, geridas nos mesmos termos. E grão a grão...

Reduzido a este conceito bem estreito de modo de gestão, o fantasma do federalismo *versus* soberania nacional deixa de ter razão de ser, tanto mais que, como se verá mais tarde, na arquitectura institucional, basta lembrar a proposta figura do presidente da União para ver que a tendência para uma Europa Intergovernamental está bem longe de ser uma miragem... Funcionará, deste modo, um sistema de compensações nos conceitos, evitando o erro de qualificar a Europa em termos clássicos de ciência política e constitucional.

2. Outra das questões carregada de *referências e emoções* tem a ver com os *valores religiosos*, que muitos queriam ver inscritos no artigo 2º onde se enunciam os valores da União. O consenso obtido desdobrou a questão religiosa: uma coisa é a garantia do *respeito do estatuto* das Igrejas e das Associações religiosas que a Constituição assumirá, na esteira do que já está inscrito no Tratado de Amsterdão, garantindo-se assim a liberdade religiosa e a não confessionalidade da Europa; outra coisa é a invocação dos *valores e tradições religiosas* da Europa que ninguém contesta virem inscritas no preâmbulo da Constituição. Desta forma - não assumindo a força de uma vinculação jurídica mas de uma vinculação moral - a tradição religiosa de qualquer futuro Estado-membro não será nunca condição obrigatória de pertinência à Europa, como seria o caso se os valores da tradição judaico-cristã (como muitos pretenderam) estivessem escritos no artigo 2º, onde se fixam prescrições *vinculativas* que os Estados terão de respeitar.

3. Apesar de uma nova ofensiva britânica contra a integração da Carta dos Direitos Fundamentais (CDF) na Constituição, que estes aceitariam sem esse predicado - relembrando que só concordaram há três anos com a existência da CDF porque ela não foi considerada vinculativa - terão de ser eles,

britânicos, a encontrar uma porta de saída. O consenso sobre a inclusão da CDF na segunda parte da Constituição é muito amplo, e assenta em fortes convicções dos Convencionais em formalizarem o espaço europeu como *Pátria dos Direitos da Pessoa*.

Estou em crer, também, que a reafirmação do estabelecido no artigo 51º da CDF, onde se garante que esta " *não cria novas atribuições ou competências para a Comunidade ou para a União, nem modifica as atribuições e competências definidas nos Tratados*" é suficiente para desdramatizar a questão, por parte dos britânicos. Tanto mais que a verdadeira batalha se trava hoje ao nível da definição das competências da União e, nem nas específicas nem nas partilhadas, se vê caminho para o progresso de uma política social europeia, que tantos calafrios provoca no social-liberalismo inglês...

Mais me parece que esta "impertinência", contra a corrente do jogo na Convenção se destina a ganhar campo de manobra para uma *definição esquelética* das competências da União, matéria sobre a qual ainda não se vislumbram consensos palpáveis.

4. Outro consenso é o que *põe fim às desconfianças* entre os parlamentos nacionais, a Comissão e o Parlamento Europeu. Os primeiros, acusando a Comissão de querer extravasar os seus poderes, propondo iniciativas conflituais com

as competências nacionais - o que nunca foi provado pelo Tribunal de Justiça (TJCE) em nenhum caso concreto - na mesma esteira com que o fazem ao Parlamento Europeu, olhado como demasiado exigente, na reivindicação de poderes acrescidos, que sempre ripostou com a suspeição da *renacionalização* das políticas, tornando simbólicas as comunitárias.

Conferida hoje a possibilidade de os parlamentos nacionais intervirem junto da Comissão, se um terço de entre eles considerar que esta extravasa competências, à qual se segue a hipótese de recurso para o TJCE a seu pedido, pelos Estados-membros, muita da tensão tradicional entre a esfera nacional e a esfera comunitária vai esmorecer.

Como se vê, por estes pontos iniciais e fulcrais, há já uma linha que aponta no bom caminho. Mas muitas divergências há que superar nas próximas semanas ou meses que, estou convencido, cada vez mais se atenuarão à medida que os europeus se sintam ofendidos na sua sensibilidade e identidade, objectos de pressões políticas, económicas, comerciais e até morais, o que *nos levará* a defraudar quem nos divide, afirmando a imperiosa necessidade de uma forte e ágil União Europeia. O consenso é difícil mas é cada vez mais provável!

É nas autarquias que se movimenta mais dinheiro sujo, se fazem mais contratos paralelos (adjudica-se por 1000 o que foi contratado em particular por 500, retornando a diferença para o saco azul, às vezes quase sem fundo – engenharia financeira, como lhe terá chamada o presidente da Câmara de Águeda, agora suspenso. E para grandes gorjetas, comissões e compra de votos).

ECONOMIA SUBTERRÂNEA

JOSÉ PINTO DA SILVA

SECÇÃO DE CALDAS DE S. JORGE
Militante 2917

À força de ouvir nas televisão e de ler nos jornais alusões à economia subterrânea e não percebendo o que tal significa nem o que é isso de saco azul (porque raio essa cor?) que lhe anda sempre associado, um circunstante, em conversa acalorada à saída da reunião tertuliana sobre pagar ou não pagar impostos, quem paga e quem foge, quem fiscaliza e quem suborna, perguntou se isso de economia subterrânea tinha algo a ver com a indústria mineira ou com pedreiras.

Em jeito de resposta, o perguntador dava ideia de não saber mesmo, disse um que era chamada subterrânea (também lhe chamam paralela), porque anda escondida para fugir ao pagamento de impostos. São as vendas sem factura, são as facturas por menos valor do que o real, nas grandes e nas pequenas firmas. São os ganhos em trabalho negro, em situação de baixa por doença ou acidente ou no desemprego, são os biscates feitos por falsos trabalhadores independentes sem passagem de factura, são as gorjetas que se dão, são os subornos a fiscais de qualquer actividade e de qualquer organismo, são as dádivas, ofertas e pagamentos obrigatórios e mesmo extorsões a igrejas e seitas, é o que cobra a prostituição, é o que se paga a bruxas e curandeiros, são as vendas em feiras e mercados, são vendas de tudo o que é coisa nas beiras de estradas, são as vendas ambulantes e é o produto do tráfico de drogas e do contrabando sobretudo de tabaco e álcool. Enfim, tudo o que é pago e recebido por qualquer trabalho ou actividade e não dá origem a uma factura ou recibo para ser depois declarado nos rendimentos de cada qual ou de cada empresa, ou de cada instituição.

A propósito do processo que levou à suspensão da presidente da Câmara de Felgueiras, volta-se ao saco azul – já Pimenta Machado opinou que todos os clubes e empresas o tinham e usavam para pagar menos impostos.

O saco azul é pois o local – pode ser mesmo um saco, um cofre, ou uma conta no banco – onde se põe todo o dinheiro obtido sem documentos (vendas sem factura, ou facturação aumentada para se dar a diferença a alguém ou a alguma entidade) e será dali que sai o dinheiro para prendas e subornos, porque o subornado não passa comprovante. E diz-se que tem saído para campanhas eleitorais, autárquicas e outras.

E ainda a propósito de autarquias, escrevia há semanas um comentador que um autarca só não seria corrupto se fosse santo, tal é a pressão da envolvência que o rodeia. E como não consta nenhum autarca no santógrafo, com ou sem imagem nos altares, mesmo tendo o papa produzido santos às grosas! O que ele quereria insinuar é que é nas autarquias que se movimenta mais dinheiro sujo, se fazem mais contratos paralelos (adjudica-se por 1000 o que foi contratado em particular por 500, retornando a diferença para o saco azul, às vezes quase sem fundo – engenharia financeira, como lhe terá chamada o presidente da Câmara de Águeda, agora suspenso. E para grandes gorjetas, comissões e compra de votos). Até porque as inspecções rotinadas incidem sobretudo nos procedimentos administrativos e um contrato adulterado (valores transaccionados diferentes dos efectivamente contratados) é difícil de detectar, se houver algum cuidado nos movimentos e enquanto as partes não entrarem em zangas de comadres.

As pessoas não esqueceram aquela onda negra de facturação falsa (ou fictícia) que assolou o País económico/fiscal no último lustro da década de 80 e no primeiro da de 90 que movimentou milhões e milhões de contos, dos quais só uma pequena parte foi detectada e objecto de contas ao fisco.

Depois, com sacos azuis bem abonados, fazem-se fretes a amigos e correligionários e fazem-se campanhas eleitorais de arromba, ultrapassando tudo o que a imaginação, mesmo prolixa, possa engendrar. E todo este escorrer de formas e fórmulas passou-se às autarquias locais (freguesias) que, na respectiva proporção, adoptaram os métodos.

Ainda no mesmo propósito, recordo-me de ter lido há tempos dois livros reportando as actividades subterrâneas dos partidos socialista e comunista franceses – (a) não me chegou nada sobre os outros partidos que se comportam da mesmíssima maneira – e o que por ali se conta (com nomes de autarquias e pessoas escarrapachados) sobre fraudes, conluís e tudo o que é vigarice fiscal nos municípios, para financiar os respectivos partidos, deixa os cabelos em pé. Por cá é dito, por alguns à boca pequena e por outros descaradamente, que alguns sectores de actividade, com relevância para a construção e obras públicas, financiaram, e por certo financiam, os partidos políticos, sobretudo em alturas de campanhas eleitorais. E, pelo que se ouve e lê, a nova legislação para os partidos, nomeadamente a do financiamento dos ditos, não vai alterar coisa nenhuma.

(a) *Mitterrand et les 40 voleurs* – Les finances du Parti Communiste Français

A SEMANA PREVISTA

Ferro Rodrigues é recebido pelo Presidente da República na próxima sexta-feira para debater a grave crise internacional, no contexto das declarações do primeiro-ministro que colocou Portugal em flagrante violação da Carta da ONU e da Constituição da República Portuguesa.

O secretário-geral do Partido Socialista inaugura no próximo sábado, em Abrantes, a nova sede concelhia.

Hoje, Ferro Rodrigues almoça na Embaixada da Finlândia com os representantes diplomáticos dos países nórdicos em Lisboa, tendo também agendada uma reunião com o embaixador dos Estados Unidos em Portugal.

O Gabinete de Estudos realiza no dia 18, em Lisboa, uma reunião de trabalho sobre Finanças Públicas.

O comício de Lisboa da próxima segunda-feira culmina um conjunto de iniciativas que vão ter lugar por todo o País durante o fim-de-semana (ver contracapa), cujo objectivo é o de falar verdade aos portugueses, no dia em que se assinala a passagem de um ano de direita no poder.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

FALAR A VERDADE AO PAÍS 15 A 17 DE MARÇO

ALGARVE

Dia 15, às 15:00 h
AUDITÓRIO DO INUAF -
UNIVERSIDADE AFONSO III
LOULÉ
Participação
EDUARDO CABRITA

COIMBRA

Dia 16, às 16:00 h
AUDITÓRIO DO IPJ
RUA PEDRO MONTEIRO, 73
COIMBRA
Participação
LUÍS NAZARÉ

PORTO

Dia 15, às 15:30 h
HOTEL TUELA - 9ºANDAR
PORTO
Participação
PAULO PEDROSO

AVEIRO

Dia 17, às 11:00 h
VISITA DOS DEPUTADOS À MATA DO
BUÇACO, LUSO E CENTRO DE SAUDE
DE S.PAIO DE OLIVEIROS
Participação
MARIA DE BELÉM

ÉVORA

Dia 15, às 16:00 h
SALÃO NOBRE TEATRO
MUNICIPAL GARCIA DE RESENDE
ÉVORA
Participação
JORGE COELHO

SANTARÉM

Dia 15, às 16:00 h
SEDE PS FEDERAÇÃO SANTARÉM
SANTARÉM
Participação
ALBERTO MARTINS
JORGE LACÃO

BEJA

Dia 15, às 16:00 h
SALÃO DA COOPERATIVA DE
HABITAÇÃO LAR PARA TODOS
AV RAMIRO CORREIA
BEJA
Participação
CAPOULAS SANTOS

GUARDA

Dia 15, às 15:00 h
SALÃO DA J.F. SÃO MIGUEL DA
GUARDA
GUARDA GARE
Participação
VIIEIRA DA SILVA

SETÚBAL

Dia 15, às 21:30 h
ALBERGARIA LAITAU
SETÚBAL
Participação
ANA GOMES

BRAGA

Dia 14, às 21:00 h
DEBATE DA JS SOBRE EDUCAÇÃO,
FORMAÇÃO E EMPREGO
FUNDAÇÃO CUPERTINO DE MIRANDA
FAMALICÃO
Participação
AUGUSTO SANTOS SILVA
VIIEIRA DA SILVA

LEIRIA

Dia 15, às 10:30 h
REUNIÃO COM ASSOCIAÇÃO DE
SUINICULTORES DE LEIRIA
CONFERÊNCIA DE IMPRENSA
SEDE PS
Participação
JOSÉ SÓCRATES

VIANA DO CASTELO

Dia 15, às 15:00 h
RESTAURANTE STOP 2
SÃO PEDRO DA TORRE
VALENÇA
Participação
RUI CUNHA

BRAGANÇA

Dia 17, às 14:00 h
CONFERÊNCIA DE IMPRENSA
SEDE DA FEDERAÇÃO
Participação
MOTA ANDRADE

LISBOA

Dia 17, às 21:00 h
AUDITÓRIO DO CENTRO
DE CONGRESSOS
PRAÇA DAS INDÚSTRIAS
À JUNQUEIRA
LISBOA
Participação
FERRO RODRIGUES

VILA REAL

Dia 15, às 11:00 h
CONFERÊNCIA DE IMPRENSA
Dia 15, às 21:00 h
REUNIÃO COM AUTARCAS ELEITOS
DO DISTRITO
SEDE DA FEDERAÇÃO
Participação
ASCENSO SIMÕES

CASTELO BRANCO

Dia 15, às 17:30 h
ANFITEATRO DA SEDE DO INSTITUTO
POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO
JUNTO AO HOSPITAL
Participação
VIIEIRA DA SILVA

PORTALEGRE

Dia 15, às 15:00 h
HOTEL SÔR
PONTE SÔR
Participação
PEDRO ADÃO E SILVA

VIIEU

Dia 15, às 17:00 h
ENCERRAMENTO DO CONGRESSO
DISTRITAL DA JS
CINE-TEATRO MUNICIPAL
NELAS
Participação
JOSÉ SÓCRATES

ACCÇÃO SOCIALISTA

INFORMAÇÕES ÚTEIS

FEDERAÇÕES DO PS

ALGARVE TEL 289 82 50 81 FAX 289 81 33 61	BAIXO ALENTEJO TEL 284 32 34 47 FAX 284 32 16 22
AVEIRO TEL 234 42 83 35/12/13 FAX 234 42 83 35	BRAGANÇA TEL 273 32 42 20 FAX 273 33 10 92
BRAGA TEL 253 21 76 36 FAX 253 61 66 32	CASTELO BRANCO TEL 272 34 44 59 FAX 272 32 65 95
COIMBRA TEL 239 82 39 11 FAX 239 82 63 29	ÉVORA TEL 266 70 22 72 FAX 266 74 19 24
LISBOA TEL 21 346 19 65 21 346 88 86 FAX 21 342 18 20 21 346 20 46	FRO (Região Oeste) TEL 261 32 35 98 FAX 261 31 56 20
PORTO TEL 226 05 19 80 FAX 226 05 19 89	GUARDA TEL 271 21 29 69 FAX 271 22 30 37
SANTARÉM TEL 243 32 15 44/5/6 FAX 243 32 25 44	LEIRIA TEL 244 82 26 62 FAX 244 82 41 65
SETÚBAL TEL 265 22 79 98 FAX 265 23 02 90	PORTALEGRE TEL 245 20 14 21 FAX 245 20 32 22
VIIEA DO CASTELO TEL 232 42 51 33/66 08 FAX 232 42 51 33	VIANA DO CASTELO TEL 258 82 40 86 FAX 258 82 40 86
VIIEU TEL 232 42 51 33/66 08 FAX 232 42 51 33	VILA REAL TEL 259 32 25 86 FAX 259 32 64 92
VIIEU TEL 296 28 64 91	MADEIRA TEL 291 22 56 12 FAX 291 23 00 25



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **Augusto Santos Silva**
Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvinogsilva@partido-socialista.pt
Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
Paulo Pisco
Secretariado **Virginia Damas**
Grafismo **Miguel Andrade**
Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt
Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet **www.ps.pt/accção**
E-mail **Acccao.Socialista@partido-socialista.pt**

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa